

Grupo de Estudos Sobre Conflitos Ambientais

Conflitos Ambientais na Indústria Mineira e Metalúrgica: O Passado e o Presente



Paulo Eduardo Guimarães
Juan Diego Pérez Cebada
Editores

Conflitos Ambientais na Indústria Mineira e Metalúrgica: o passado e o presente

Paulo Eduardo Guimarães
Juan Diego Pérez Cebada

Editores

CICP - Centro de Investigação em Ciência Política, Portugal
CETEM - Centro de Tecnologia Mineral, Brasil

Évora
Rio de Janeiro
2016

Ficha Técnica

Título: Conflitos Ambientais na Indústria Mineira e Metalúrgica: o passado e o presente

Edição científica: Paulo Eduardo Guimarães (Universidade de Évora, Portugal) e Juan Diego Pérez Cebada (Universidade de Huelva, Espanha)

Autores: Eliane Rocha Araújo; Pedro Baños Páez; José Manuel Lopes Cordeiro; Carla Guapo Costa; Francisco da Silva Costa; Francisco Rego Chaves Fernandes; Pedro A. García Bilbao; Patricia Garrido Camacho; Javier Hernández; Ángel Pascual Martínez Soto; Isidoro Moreno; Carmen Mozo González; Paulo Eduardo Guimarães; Miguel Ángel Pérez de Perceval; Juan Diego Pérez Cebada; José Rodrigues dos Santos; Lays Helena Paes e Silva; Stefania Barca; Pedro Gabriel Silva; Félix Talego; Lucrecia Wagner.

Edição: Centro de Investigação em Ciência Política (CICP), Universidade de Évora; Centro de Tecnologia Mineral, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (CETEM/MCTI), Brasil

© Centro de Investigação em Ciência Política (CICP), Universidade de Évora
Évora e Rio de Janeiro, Dezembro de 2015

Portugal: ISBN 978-989-99534-0-6 Depósito Legal: 403019/15

Brasil: ISBN 978-85-8261-047-3

Impressão e acabamento:

Várzea da Rainha Impressores, S.A.

Rua Empresarial nº 19 - Zona Industrial da Ponte Seca - 2510-752 Gaeiras – Óbidos

Telef. +351 262098008 - Fax: +351 262098582

www.varzeadarainha.pt

Apoios: Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto UID/CPO/00758/2013.

Proyecto de Excelencia MINECO HAR2014-56428-C3-1-P (Espanha)

A versão digital desta obra pode ser livremente descarregada no sítio na web do Grupo de Estudos sobre Conflitos Ambientais para fins não comerciais desde que respeitada a sua integridade, citada a sua proveniência e atribuído o respetivo crédito, nos termos da licença internacional Creative Commons (CC BY-NC-ND 4.0).

Fotos: Capa - Córta (mina a céu aberto) de São Domingos inundada com águas ácidas (outubro de 2015). Autor: Paulo E. Guimarães. Contracapa - Viñeta del periódico republicano satírico El Motín (16/10/1887), sobre los "Humos de Huelva". Biblioteca Nacional de España.

Grupo de Estudos sobre Conflitos Ambientais

Foi instituído durante a Segunda Conferência Mundial de História Ambiental, realizada em Guimarães (Portugal), em Julho de 2014 e um ano depois, em maio de 2015, os seus membros reuniram-se num Simpósio Internacional realizado na Universidade de Évora. Desde então, tem desenvolvido um trabalho intenso de investigação relacionado com os conflitos de poluição mineira, cujos resultados preliminares são apresentados nesta publicação. É constituído por uma equipa multidisciplinar (historiadores, economistas, antropólogos, sociólogos, linguistas, engenheiros, advogados, etc.) de professores de universidades em seis países europeus (Espanha, Portugal, França, Inglaterra, Itália, Suécia) e quatro americanos (Brasil, Argentina, Chile, Canadá) interessados em abordar as consequências, no espaço e no tempo, o renascimento gradual da mineração na Europa que, mais uma vez, tem a sustentabilidade ambiental na agenda política do Velho Continente. Nesse sentido, o objetivo deste grupo é fornecer informações para promover uma melhor e mais ativa participação dos agentes envolvidos e ajudar os políticos a tomar melhores decisões com base em informações consistentes.

Página web: <http://www.conflitosambientais.uevora.pt/>

Lista de discussão: conflitosambientais-list@uevora.pt

Grupo de Estudios de Conflictos Ambientales

Se constituyó en el Congreso Mundial de Historia Ambiental celebrado en Guimarães (Portugal) en julio de 2014 y un año después, en mayo de 2015, reunió a sus miembros en un Simposio Internacional celebrado en la Universidad de Évora. Desde entonces ha desarrollado una intensa labor de investigación relacionada con los conflictos de contaminación minera cuyos resultados preliminares se recogen en esta publicación. Está formado por un equipo multidisciplinar (historiadores, economistas, antropólogos, sociólogos, filólogos, ingenieros, juristas, etc) de profesores procedentes de universidades de seis países europeos (España, Portugal, Francia, Gran Bretaña, Italia, Suecia) y cuatro americanos (Brasil, Argentina, Chile, Canadá) interesados en abordar las consecuencias, en el espacio y en el tiempo, de la paulatina reactivación de la minería en Europa que colocan, otra vez, la sostenibilidad medioambiental del sector en la agenda política del Viejo Continente. En ese sentido, el objetivo de este Grupo es proporcionar información que permita promover una mejor y más activa participación de los agentes involucrados y ayudar a los políticos a tomar las decisiones más correctas basadas en informaciones consistentes.

Esta é uma publicação DYRET-Environment

DYRET-Environment incide sobre o meio ambiente como uma questão importante para a integração regional e o desenvolvimento sustentável: ele tem uma dimensão transnacional importante, atravessa áreas políticas e traz à tona a questão do desenvolvimento econômico e constrangimentos sociais.

A primeira vertente da investigação centra-se na União Europeia, que tem vindo a reivindicar um papel de liderança para si na arena internacional e tem vindo a ganhar mais competências na área ambiental. Isso faz o estudo do seu caso particularmente relevante para a integração regional. Esta sub-linha de pesquisa do Centro de Investigação em Ciência Política analisa a evolução da política ambiental, a interação com outras políticas e procura possíveis lições a serem aprendidas pela integração regional com vista ao desenvolvimento sustentável. presta especial atenção às pressões sociais a partir da base e as formas governação em diferentes níveis. DYRET-Ambiente lida com a capacidade de resiliência das estruturas sociais através da mudança ambiental e desastres naturais. Está particularmente preocupada com os conflitos gerados pela degradação dos ecossistemas sociais. Os conflitos ambientalistas são considerados como um teste para a análise da distribuição de poder em todas as sociedades. Alguns processos históricos relacionados com a industrialização, a urbanização, a modernização agrícola, o imperialismo ecológico, o colonialismo moderno e pós colonialismo ilustram armadilhas ambientais e processos de crescimento empobrecedor a níveis locais e regionais, que muitas vezes se tornaram parte dos conflitos sociais e políticos.

Dentro deste quadro teórico, esta sub-linha tem como objetivo identificar os processos de mudança ambiental e social - o desenvolvimento sustentável ou sua alteração -, e contribuir para o debate político sobre a integração regional como processos a partir de baixo para a construção da paz.

Índice

Introdução: Gestão ambiental, incerteza científica e o princípio da precaução na mineração de ontem e de hoje

Paulo E. Guimarães e Juan D. Pérez Cebada.....pg. 1

PARTE I. VISÕES DE CONJUNTO

1 Os Conflitos ambientais em Portugal (1974-2015): uma breve retrospectiva

Paulo E. Guimarães e Francisco R. Chaves Fernandes.....pg. 19

2 Mineração no Brasil: crescimento econômico e conflitos ambientais

Francisco R. Chaves Fernandes e Eliane R. Araujo.....pg. 65

3 Conflictos socioambientales por minería a gran escala en Argentina: debates sociotécnicos, movilizaciones sociales e institucionalidad ambiental

Lucrecia S. Wagner.....pg.89

4 Las Tierras Raras: encrucijada de conflictos

Pedro A. García Bilbao.....pg. 111

PARTE II. ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS E CONFLITOS PREVENTIVOS

5 Estratégias das empresas transnacionais no setor dos recursos naturais, responsabilidade social corporativa e desenvolvimento (in)sustentável: uma abordagem exploratória e algumas reflexões

Carla G. Costa e Francisco R. Chaves Fernandes.....pg. 135

6 Conflitos ambientais e progresso técnico na indústria mineira e metalúrgica em Portugal (1858-1938)

Paulo E. Guimarães.....pg. 157

7 Evitar o impensável: a destruição irremediável do quadro de vida. Uma análise a partir do Projeto de Mina de Ouro da Boa Fé

José Rodrigues dos Santos.....pg. 185

8 ¿Modifican los desastres ambientales mineros la actitud de las poblaciones locales ante nuevas minas? El caso Aznalcóllar-Cobre Las Cruces en Andalucía

Isidoro Moreno, Félix Talego, Javier Hernández e Carmen Mozo González.....pg. 215

PARTE III. TRABALHO, SAÚDE E CONTAMINAÇÃO MINEIRA E INDUSTRIAL: RETÓRICA E REALIDADE

9 Trabalho, saúde e ambiente na mineração de amianto no Brasil

Lays H. Paes e Silva e Stefania Barca.....pg. 243

10 La primera campaña mediática sobre contaminación en España

Patricia Garrido e Juan D. Pérez Cebada.....pg. 269

11 Mobilização e narrativas populares contra a mineração em Portugal: o caso da dragagem de estanho (1914-1974)

Pedro G. Silvapg. 291

PARTE IV. FISCALIZAÇÃO E PASSIVOS AMBIENTAIS

12 Uma relação conflituosa: indústria e ambiente na bacia do Ave

José M. L. Cordeiro e Francisco S. Costa.....pg. 315

13 La sierra de Cartagena-La Unión (Murcia-España), un caso abierto de agresión medioambiental

Ángel P. Martínez Soto, Pedro Paéz Baños e Miguel Á. Pérez de Perceval Verde.....pg. 331

Conclusão: O passado e o presente nos conflitos ambientais na indústria mineira e metalúrgica

Paulo E. Guimarães e Juan D. Pérez Cebada.....pg. 361

Autores

Paulo Eduardo Guimarães é Doutor com Agregação em História Contemporânea no Departamento de História da Universidade de Évora, membro integrado do Centro de Investigação em Ciência Política com sede na Universidade do Minho, onde participa na sub-linha de investigação DYRET-Environment (ambiente e integração regional), e colaborador do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades naquela universidade. É autor de *Indústria e Conflito no Meio Rural: os mineiros alentejanos (1858-1938)*, Lisboa; Évora: Cidehus; Colibri, 2002 e de *Elites e Indústria no Alentejo (1890-1960): Um estudo sobre o comportamento económico de grupos de elite em contexto regional no Portugal contemporâneo*, Lisboa; Évora, Cidehus, 2006. Tem diversos estudos de história social mineira e de história industrial publicados em diversos livros e revistas académicas.

Francisco Rego Chaves Fernandes é doutor em Engenharia Mineral pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (EPUSP) e pós-doutor pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (2004). É pesquisador sênior do Centro de Tecnologia Mineral do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (CETEM/MCTI) do Brasil, onde coordena a linha de pesquisa “Recursos Minerais e Comunidade: Impactos Humanos, Socioambientais e Económicos” e o banco de dados “Recursos Minerais e Territórios: Impactos Humanos, Socioambientais e Económicos”. É autor de diversos artigos e livros sobre o tema mineração e membro do Conselho Editorial da Revista Brasil Mineral. Mais detalhes em <http://lattes.cnpq.br/6612750176498491>.

Environmental Conflicts in Portugal (1974-2015): A brief retrospective

Francisco Rego Chaves Fernandes
Paulo Eduardo Guimarães

This paper is a survey of the research undertaken by social scientists and their reflections on environmental conflicts in Portugal. In these, a critical discourse has emerged concerning, on the one hand, the weak public environmental awareness, and, on the other, the progressive obliteration of environmental movements and their institutionalization throughout the creation of different environmental groups and the incorporation of the “environment” in legislation and in political discourse. In a brief retrospective, we review several conflicts taking into account different relevant factors: level of mobilization, media attention received, organization, impact, and ideological reference they have had in Portugal since the seventies. We have particularly highlighted the movement against nuclear energy and the construction of dams, the pollution caused by intensive breeding, the expansion of eucalyptus plantations, the conflicts against “wild” forms of mining, the business of toxic waste, the expansion of the economy of the concrete, the installation of landfills, and the defense of the natural heritage. This survey has considered three periods: the 1970s, marked by the emergence and performance of ecological movements of different ideological extraction; the second half of the 1980s, marked by the institutionalization of the environment and the imposition of a new legal framework with impact on environmental policies resulting from the integration into the European Economic Community; and finally, a third period, from the 1990s to present, marked by increasing environmental media coverage, with a particular emphasis on environmental conflicts in a context of an increasing liberalization of economic activities and the expansion of extraction and of the concrete economy. This is also the period where the environment emerges in disputes over the uses of the territory as economic and asset value. Most of these conflicts arise from the activities of local agents or national environmental groups that quickly gain strong local roots and sometimes even have some success. However, their impact on the national and Community legislation seems to be less relevant.

Os conflitos ambientais em Portugal (1974-2015): uma breve retrospectiva

*Paulo E. Guimarães
Francisco R. Chaves Fernandes*

Introdução

Os conflitos ambientais que ocorreram em Portugal têm sido objeto de interesse crescente nas duas últimas décadas por parte de académicos e de investigadores sociais. Este interesse, que pode ser seguido nas publicações em revistas especializadas, teses de mestrado, de doutoramento e em programas de investigação, acompanha não só a crescente mediatização deste tipo de conflitos que, de forma persistente, se têm desenvolvido à margem das mobilizações partidárias e da sua agenda, como também a espectacularização das ações dos movimentos globais ambientalistas e dos eventos maiores que envolvem catástrofes ambientais devidas à ação das grandes corporações industriais transnacionais.¹

No entanto, o conhecimento dos factos mostra-se bastante desigual, pois insiste quase exclusivamente sobre eventos que ocorreram num tempo mais recente, ou seja, no período que se abre com a Revolução dos Cravos.

Trata-se de um conhecimento lacunar que é largamente tributário de fontes secundárias, com especial destaque para o jornalismo. Para tal contribuem as dificuldades de acesso aos arquivos do Estado e das empresas e aos protagonistas envolvidos. Além disso, os conflitos ambientais só excecionalmente têm sido estudados por si mesmos, surgindo habitualmente em narrativas preocupadas com a definição de políticas ambientais e com a história recente da institucionalização da gestão ambiental, ou então enquadradas em análises sobre o ambientalismo enquanto expressões locais interessantes dos novos movimentos sociais emergentes (Soromenho-Marques, 1994; Rodrigues, 1995; Paiva, 1998; Nave, 2000; Pinto, 2001; Queirós, 2002; Schmidt, 2007 e 2008; Teixeira 2011; Vieira, 2011; Tavares, 2013). Desse ponto de vista, tem-se explorado a singularidade portuguesa, pelo seu pretense arcaísmo (que resultaria das características da sua base popular, da fraca expressão de

cidadania ou da capacidade dos partidos ocuparem o espaço público), por ter sido incapaz de ter constituído um movimento verde pujante como sucedeu na Alemanha (Soromenho-Marques, 2002 e 2005; Schmidt, 2007 e 2008). Neste contexto, o nosso objetivo é duplo: por um lado, procuraremos passar em revista os principais contributos que têm sido dados para o nosso conhecimento sobre os conflitos ambientais em Portugal durante o período democrático; por outro, procederemos a uma periodização e descrição sumária dos principais eventos conhecidos, procurando traços comuns e oferecendo uma visão de conjunto retrospectiva.

Um objeto científico emergente

Em meados da década de 1990, realizou-se o primeiro inventário sistemático dos conflitos ambientais em Portugal no período democrático, no âmbito de um projeto de investigação financiado pela Comissão Europeia (CE) (Paiva, 1998). O projeto, intitulado Raízes da Ação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável no Sul da Comunidade Europeia (tradução nossa), tinha por objetivos, entre outros, perceber quais os papéis que as organizações ambientalistas não-locais e internacionais, bem como as organizações estatais, desempenharam nos conflitos ambientais locais. O projeto, que decorreu num período marcado pela transposição da legislação comunitária ambiental para os países da periferia e por fortes transferências de fundos de Bruxelas para investimento, principalmente em infraestruturas, procurava também identificar as condições que levavam os atores a mobilizarem-se favoravelmente ou contra os projetos de desenvolvimento (Paiva, 1998, p. 1). A análise comparativa envolvia três países mediterrânicos (Portugal, Espanha e Grécia) e estabeleceu uma metodologia baseada na análise do protesto público. A recolha da informação foi feita na imprensa diária de grande difusão (*JN* e *Público*, no caso português), em imprensa especializada ambiental (*Fórum Ambiente*) e em entrevistas de personalidades-chave. A análise extensiva dos eventos conflituais seguiu a teorização de Charles Tilly (1978 e 1994), considerando, como unidade de observação, incidentes coletivos nos quais estiveram envolvidos cinco ou mais pessoas numa área geográfica específica que se reuniram num dado momento para protestar, criticar, tornar visíveis reivindicações ou criticar sobre questões ambientais ou os seus impactos (na saúde ou estatuto económico). Incluem-se nestes casos manifestações, boicotes, greves, violência coletiva ou outras

formas de protesto ligadas a reivindicações que podem alterar-se ao longo do tempo (Kousis, 1996). Sendo o objetivo expresso desta investigação analisar movimentos sociais a partir de baixo, foram ignoradas iniciativas ambientais de índole institucional que não redundaram em protesto público. A base de dados assim constituída recolheu 1.844 notícias relacionadas com qualquer forma de conflito ambiental aberto em Portugal, agrupadas depois num total de 550 casos identificados.²

O primeiro contributo deste projeto foi dar visibilidade à frequência deste tipo de conflitos no nosso país, muito embora esse número fosse inferior à metade daquele que foi encontrado na Grécia (1.322 casos) e a quarta parte do que foi registado para Espanha (2.336 casos). Os resultados dessa análise extensiva e comparativa foram depois amplamente divulgados (Kousis e Klaus, 2001, Kousis, 1996 e 2004; Rootes, 1999). Para Portugal, mostraram que os protestos ambientais de base eram, na sua esmagadora maioria, de tipo comunitário (77 por cento dos casos), maioritariamente localizados em freguesias rurais, raramente violentos, envolvendo menos de 100 participantes. Como forma de protesto quase exclusivas encontraram as queixas às autoridades, a petição e as conferências de imprensa (Paiva, 1998). Os aterros e o tratamento de lixo foram a principal causa de mobilização (34 por cento dos casos), seguidos de questões relativas à construção ou infraestruturas e indústria transformadora. A maioria dos protestos procurou compromissos e apelou a criação de novas regras ou ao cumprimento de legislação ambiental recente, mais do que ao encerramento da fonte do conflito ambiental. Por seu turno, os sucessivos governos portugueses pós-1974 mostraram-se habitualmente sensíveis aos protestos, dando um conjunto de respostas positivas aos movimentos locais mais frequentemente do que ocorreu em Espanha ou na Grécia. Finalmente, pretendeu demonstrar-se que, em Portugal, havia um fosso não só entre o governo, as instituições nacionais e europeias, por um lado, e as populações mobilizadas, por outro, como também entre a agenda das grandes organizações ambientais e os movimentos locais autónomos, o que se relacionaria com o baixo nível de educação ambiental e envolvimento em organizações deste tipo (Paiva, 1998, p. 3).³ No essencial, estes movimentos locais reagiram tipicamente a efeitos locais negativos sobre a saúde pública provenientes de uma fonte perturbadora. No entanto, não podem ser classificados como *Not in*

My Backyard! (tradução nossa: Não no Meu Quintal!) (NIMBYs), visto que propunham soluções de alcance mais vasto, favoráveis ao desenvolvimento sustentável, como nos conflitos com os aterros, onde se exigia a reciclagem, bem mais do que uma mera transformação das lixeiras em aterros!

Estes resultados viriam a ser parcialmente confirmados, mais tarde, por Elisabete Figueiredo e Teresa Fidélis (2003), num texto elaborado com base nos mesmos dados. O seu objetivo foi fornecer uma visão genérica sobre a ação ambientalista de raiz popular em Portugal entre os anos de 1974 e 1994. A análise, partindo da distinção entre os movimentos ambientais "de base popular" e os movimentos ambientalistas mais estruturados, acaba por concluir que estes movimentos são essencialmente de tipo NIMBY, e dificilmente passam para a fase Not in Anyone's Backyard! (tradução nossa: Não no Quintal Seja de Quem For! (NIABY).⁴ Os dados regionais que publicam sobre o número das Associações de Defesa do Ambiente (ADAs) e o número de protestos populares registados sugerem uma elevada correlação entre organização e protesto local (0,684). Porém, um estudo sobre as ADAs baseado em inquérito direto mostrou que a sua intervenção ou sensibilidade para a mobilização face a "atentados ambientais" é surpreendentemente limitada. Quanto muito, mostravam disponibilidade para se mobilizarem se "os seus interesses imediatos fossem afetados" (Rodrigues, 1995, p. 27). As populações, pouco mais preocupações mostravam pelas questões ambientais do que aquelas que afetavam o seu universo próximo. Assim, a realidade concreta do mundo rural onde decorrem as ações de protesto ambiental não poderia estar mais distante do virtuoso meio urbano escolarizado que constitui a base ideal dos novos movimentos sociais que emergiram nas sociedades industriais avançadas a partir dos anos '70. Na mesma linha, Luísa Schmidt (2008) caracterizou assim as raízes do alheamento da sociedade civil portuguesa pelas questões ambientais:

Analfabetismo, iliteracia, censura, mediocridade mediática sem alternativas reais mantiveram a sociedade civil escassamente interessada nos problemas do ambiente. Compreende-se, assim, que as três primeiras grandes catástrofes ambientais em Portugal - cheias de 67, maré negra de Leixões em 75 (a 14.ª do mundo) e incêndios de 75 - tivessem dificuldade em ser vistas como tal. As cheias eram uma desgraça, sim, mas "natural" - o que as causara era a "chuva" e não o desordenamento; tal como

o que provocava os incêndios era o "fogo", e não o tipo de florestas. Os derrames aconteciam por causa do "temporal", e não da economia dos hidrocarbonetos (Schmidt, 2008, p. 288).

Nesse texto, Schmidt traça um roteiro duma tomada de consciência, por parte do poder político, dos imperativos de gestão ambiental e da emergência de alguma consciência por parte da sociedade civil sobre os problemas ambientais, numa narrativa pontilhada por alguns conflitos. Porém, no essencial:

A política ambiental nacional foi em grande parte impulsionada por pressões e influências externas que não encontraram nenhum movimento endógeno suscetível de as acolher (...). Do lado da sociedade civil, como não se criaram os alicerces para uma literacia ambiental mínima, os índices de intervenção são baixos, mesmo em matérias cruciais onde está legalmente consagrada a consulta e a participação públicas efetivas, como é o caso dos diversos planos para os diversos setores e/ou das diretivas de avaliação de impacto ambiental e da água (Schmidt, 2008, pp. 305-306).

Mais recentemente, em 2014-2015, uma cooperação entre três unidades de investigação interessadas na dimensão social das questões ambientais: a Oficina de Ecologia e Sociedade (Ecosoc), do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC); o Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), do Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil (MCTI); e o Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (SOCIUS, ISEG/UL), deu lugar ao projeto exploratório Portugal: Ambiente em Movimento (PAeM). Procedeu-se a uma recolha sistemática de informação qualitativa sobre os conflitos ambientais em Portugal considerados relevantes, disponibilizando-a num portal web com informação contextual. Neste projeto identificaram-se 162 casos que foram documentados com base nos arquivos dos principais jornais, repositórios de trabalhos académicos, relatórios técnicos, artigos científicos em revistas nacionais e internacionais. Subsidiariamente recorreu-se ainda a outras fontes secundárias (livros, fotos e vídeos). A informação, recuperada predominantemente através de motores de busca na web, permitiu criar um acervo referenciado e sistematizado com mais de 5 mil ficheiros. Como forma de avaliar a qualidade e pertinência da informação recuperada, a equipa recorreu ao contato por correio eletrónico em duas etapas,

obtendo-se um elevado número de respostas. A primeira consulta foi dirigida a 30 pessoas reputadas pelo seu envolvimento na área ambiental que indicaram, em redação livre, os conflitos que consideravam mais importantes. Deste exercício resultou uma lista pré-selecionada de 25 conflitos que foi enviada posteriormente a 105 pessoas selecionadas entre académicos, investigadores, técnicos, jornalistas, deputados e ambientalistas, pedindo-lhes que elessem os 15 mais importantes. Estas respostas ajudaram ainda a construir descrições desses conflitos que podem ser consultados no projeto internacional Environmental Justice Atlas (EJAtlas), Environmental Conflicts in Portugal. Os casos representados vêm assim preencher uma lacuna de informação sobre o nosso país num atlas mundial sobre justiça ambiental, ilustrando diferentes tipos de conflitos quanto à área geográfica, contexto tecnológico e setor económico, entre outros.⁵

Durante o ano de 2015, a equipa deste projeto elaborou textos de síntese para cada um dos 65 conflitos ambientais selecionados, entre os 162 identificados, que foram classificados por diferentes grandes setores de atividade: Energia (32%), Resíduos (24%), Mineração (17%), Agricultura (11%), Megaprojetos (7%), Indústria (6%) e Gestão do Território (3%). Estes textos podem ser consultados no site do Projeto (PAeM, 2016).

O movimento ecologista, a mobilização antinuclear e as propostas verdes (1974-1985)

A história recente dos movimentos ambientais tem dado lugar a esforços de periodização que valorizam elementos contextuais de diferente natureza. Maria Eugénia Rodrigues (1995), por exemplo, distingue quatro fases na evolução dos movimentos ambientalistas em Portugal: o primeiro, de 1974 a 1976, caracteriza-se pelo aparecimento de múltiplas associações ambientais de natureza diversa; o segundo, de 1976 a 1983, que antecede a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE), é marcado pela luta antinuclear e pelo nascimento do Partido Ecologista os Verdes (PEV); o terceiro, de 1984 a 1990, distingue-se pela institucionalização, que tem como marcos a Lei de Bases do Ambiente e a Lei das Organizações de Defesa do Ambiente, pelo protagonismo mediático de organizações ambientalistas e pelo esforço de adaptação às normas europeias. Luísa Schmidt (2008), por

seu turno, demarcou os seguintes períodos na história ambiental em Portugal: 1967-1974; 1974-1985; 1986-1989; 1990-1999. Também o militante ecologista José Carlos Marques (2008) esboçou uma cronologia conceptual atendendo à interação entre os movimentos ecológicos e o poder em Portugal, dividindo-o em três etapas: negação (do problema ambiental); assimilação; e mistificação (a retórica da sustentabilidade)

Assim, a periodização dos conflitos ambientais tem tomado em atenção as suas especificidades e marcas epocais. Essas marcas são fornecidas pelos ciclos dos principais conflitos e pelo seu enquadramento institucional. Deste ponto de vista, a Revolução dos Cravos constitui um marco fundamental por permitir a emergência e a liberdade de ação por parte de um grupo diversificado de militantes pelas causas ecológicas, no quadro de visões utópicas e alternativas do industrialismo, quer na sua versão branca (a do mundo ocidental capitalista) quer na sua versão vermelha (a do bloco soviético). O ativismo ambiental parece ter ganhado maior capacidade de mobilização e visibilidade já no rescaldo do período revolucionário, em torno da luta contra o programa nuclear português em curso.

Os contornos da formação e debilidades do então emergente movimento ecológico português são relativamente conhecidos bem como os seus protagonistas (Nave, 2000; Soromenho-Marques, 2005; Gaspar, 2010). Em março de 1975, aparece o jornal *Frente Ecológica: Boletim Mensal do Movimento Ecológico Português* e, na mesma altura, cria-se no Porto o Grupo Autónomo de Intervenção Ecológica do Porto (GAIEP) que, em fevereiro de 1976, começou a publicar a revista *Alternativa*. Muitos outros grupos se formaram, tentando ter voz nos principais meios de comunicação social da época.

O papel destes militantes sociais foi o de contribuir com informação sobre os riscos envolvidos com a opção nuclear e mobilizar as populações diretamente atingidas pela instalação daquela que seria a primeira central nuclear em Portugal. A estratégia dos militantes agrupados em torno do Movimento Ecológico Português (MEP) e da associação Viver É Preciso, passou pela organização de debates públicos nas povoações onde se previa que a central nuclear fosse instalada, propondo ao público ações pacíficas de ação direta

contra a iniciativa governamental. Assim, em março de 1976, as populações bloquearam a construção da central nuclear em curso em Ferrel, rebelando-se contra o silêncio das autoridades sobre a questão (Nave, 2000, p. 89).

Não ao nuclear: Ferrel e o movimento ecologista

O reportório do conflito que irá conduzir à ação direta em Ferrel só aparentemente segue o que encontramos em contextos rurais no passado (cf. Cautela, 1977a, 1977b e 1996). Na manhã de 15 de março, os sinos das igrejas tocam a rebate quando é sabido que as obras iriam começar. Os habitantes juntam-se e marcham sobre o estaleiro, forçando os trabalhadores a abandonar a obra, enquanto se verifica a ação contra as obras em curso. A destruição dos alicerces da construção, o fechamento das valas e a destruição dos equipamentos forçaram a paralisação dos trabalhos. O diário nacional *O Século* que, a par do jornal local *O Arado*, acompanhou os acontecimentos, publicou na edição do dia seguinte:

Nos concelhos das Caldas e de Peniche, o povo toma consciência de que a luta ecológica é uma luta de emancipação económica pela independência nacional e pelos direitos fundamentais do povo português. Uma luta, por isso, suprapartidária. Uma luta unitária. Uma luta popular. Uma luta de base (O Século, 1976).

Os pescadores e pequenos agricultores receavam pela sua sobrevivência futura e levaram a ameaça a sério. A 27 e 28 de março, verificaram-se sessões de convívio com a população de Ferrel, efetuadas pelo Grupo Coordenador do Movimento Ecológico, que contaram com a presença de Delgado Domingos, professor do Instituto Superior Técnico (IST), que corrobora os receios transmitidos à população. Ele terá também um papel importante em conseguir levar por diante a petição para uma moratória sobre a opção nuclear em Portugal, uma iniciativa do grupo A Frente Ecológica. O movimento não parou e em maio foi criada a Comissão de Apoio à Luta contra a Ameaça Nuclear (CALCAN), sancionada por uma vasta assembleia. Esses esforços conduziram ao festival ecológico nas Caldas da Rainha em 1978 que forçou os media a dar visibilidade pública aos grupos ecologistas cuja ideologia começava a entrar nos liceus e nas universidades (Nave, 2000; Público, 2006; Silva, Fernandes e Barca, 2015, PAeM, 2016e).

A luta seguinte passou pela mobilização das populações afetadas pelo programa nuclear espanhol. Esse programa, que era conhecido pelas autoridades portuguesas, previa a instalação de três centrais perto da fronteira portuguesa no Alto Douro. O Movimento Ecologista Português consegue coordenar-se com a militância em Espanha e obter apoios de autoridades locais, da igreja e mesmo de grandes produtores e comerciantes de vinho da região. Apesar destes aparentes sucessos, a mobilização dos principais partidos da jovem democracia em torno de outro tipo de agendas foi suficiente para isolar o programa ecológico. Na celebração do Dia Mundial Antinuclear em 1979, convocado pelo Comité Antinuclear de Lisboa, apenas o festival de Lisboa teve alguma expressão, nos quais Ferrel, Miranda do Douro e Sayago surgiam como símbolos mobilizadores num programa que envolvia debates e conferências sobre problemas energéticos, exposições e espetáculos musicais. O festival-manifestação antinuclear que ocorre no verão de 1981, em Miranda do Douro, a 15 km de Sayago, foi organizado por grupos ecologistas do Porto e marcou o fim deste ciclo de mobilizações, que seria retomado mais tarde, em 2007, com protestos de ambientalistas espanhóis e portugueses contra o não fechamento da central espanhola de Almaraz. Nas eleições de 1983, o Partido Socialista (PS) promete levar a debate público a questão nuclear e, através do seu líder Mário Soares, abrir a televisão estatal às questões ambientais. Apesar de persistirem dificuldades de visibilidade pública das causas ecológicas, surge em 1984 uma petição assinada por cerca de 400 individualidades portuguesas que apelava a uma moratória ao programa nuclear até 1990 e à constituição de uma comissão independente para rever o plano energético nacional. A iniciativa teve um grande impacto na opinião pública. O governo viu-se assim forçado a adiar indefinidamente a sua decisão (Nave, 2000, pp. 95,102-103 e 131; Silva, Fernandes e Barca, 2015, PAeM, 2016e).

Apesar desta vitória, em meados dos anos '80 os ecologistas encontravam-se num impasse e divididos internamente como sempre tinham estado por múltiplas tendências (eco-anarquistas, tradicionalistas monárquicos, iniciativas de inserção local com dinâmica federativa (ex: Setúbal Verde, Terra Mágica), iniciativas centradas em Lisboa (ex: Amigos da Terra), os grupos locais de defesa do património, Os Verdes (PEV) ligados ao Partido Comunista Português (PCP) e um pequeno grupo favorável à criação de um partido ecologista independente (Soromenho-Marques, 2005, pp. 127-144).⁶

A luta contra a poluição do Alviela: a evolução de um conflito ambiental no longo prazo

Para além do nuclear, outros conflitos marcaram a memória dos ecologistas neste período, como o da luta antipoluição do rio Alviela. Trata-se de um conflito que evoluiu ao longo de décadas tendo como objetivo a despoluição do rio. O marco simbólico é o ano de 1957, quando um taberneiro de Pernes, Joaquim Jorge Duarte (de alcunha o Diabo) enviou um abaixo-assinado dirigido a Salazar contra a poluição do rio pelas indústrias de curtumes, uma atividade que se instala na região nos finais do século XIX. A morte dos moinhos hidráulicos e da comunidade piscatória acompanha esse processo de agressão ambiental. Em 1972, apesar da censura, o Diabo consegue que a imprensa publique reportagens sobre o caso. Assim, dessa iniciativa nasceu um movimento de contestação à atividade industrial poluente que, em abril de 1976, se organiza na Comissão de Luta Anti-Poluição do Alviela (CLAPA) após uma sessão plenária regional. O seu objetivo era que os industriais tratassem dos seus efluentes, fixando-se depois na construção de uma Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR). Desse objetivo próximo, passa para a militância ambiental. Em 1978, a CLAPA participa no festival *Pela Vida e contra o Nuclear*, que decorreu nas Caldas da Rainha. Dado que as queixas ambientais não encontravam solução, em 1985, em 1989 e 1991 esta apela ao boicote às eleições. As fontes de poluição entretanto diversificam-se com a entrada em funcionamento de unidades de suinicultura e de criação de aves (Fernandes, 2004, p. 105; Fernandes, Silva e Bento, 2015, PaeM, 2016f).

O conflito do Alviela evoluiu ao longo de décadas acompanhando a mudança do quadro institucional. Em 2005, é constituída a Comissão de Defesa do Rio Alviela por iniciativa da Câmara municipal de Santarém, que reúne 40 entidades, desde as câmaras municipais de Santarém e Alcanena, juntas de freguesia ribeirinhas, deputados da AR, Organizações Não Governamentais do Ambiente (ONGAs) como as locais Comissão de Luta Anti-Poluição do Alviela (CLAPA), Comissão de Defesa do Rio Alviela, Associação Amigos da Vida Selvagem, SOS Alviela ou nacionais, a Liga para a Proteção da Natureza (LPN), com o objetivo de atuar como grupo de pressão junto do governo. Em 2007, o problema recorrente prende-se com as descargas poluentes devido a avarias na ETAR, encontrando-se o ambiente gerido como um negócio

privado. Tal como sucedia no anterior regime, o Estado continua a lidar com este tipo de casos com a imposição de coimas sobre as empresas. Entretanto, populares e autarcas enviam uma petição à AR apelando para a necessidade de investimento em novos sistemas de tratamento de efluentes, reforçando o pedido de financiamento dos autarcas de Santarém e Alcanena para a despoluição do rio (*Correio da Manhã*, 2007). Face a um processo de crescente marginalização vivida pelas freguesias servidas pelo rio, autarcas e população tendem a ver no resgate do rio uma possibilidade de desenvolvimento alternativo assente no lazer e no turismo ambiental (Fernandes, 2004, p. 105; Fernandes, Silva e Bento, 2015; PAeM, 2016g).

O problema vivido de forma aguda pelas populações no Alviela encontra semelhanças com conflitos emergentes noutros pontos do país neste período devido à descarga de efluentes industriais sem qualquer tipo de tratamento nos cursos de água. Assim, por exemplo, na bacia do Rio Lis e a do Rio Maior a expansão da suinicultura industrial foi uma fonte constante de tensões desde 1974 pelo menos. Foi um conflito que se prolongou no tempo e que foi batizado num artigo de imprensa, um pouco mais tarde, como a Catástrofe de Suinobyl (invocando assim os efeitos catastróficos para a saúde humana, por analogia com o acidente nuclear ocorrido na Ucrânia). Denunciado periodicamente por entidades nacionais e locais, teve fortes protestos das populações afetadas, sem que fosse encontrada uma solução até hoje (Fernandes, Silva e Fernandes, 2015). Um estudo recente na imprensa regional, sobre a poluição hídrica na bacia do Lis, no período de 1985 a 2010, mostrou a importância da cobertura vigilante dessa imprensa, bem como da informação prestada sobre ações de protesto ambiental (comunicados, denúncias, abaixo-assinados e outros) e os agentes poluidores. Essa cobertura viria depois a traduzir-se em alguma visibilidade na imprensa nacional. Em contrapartida, essa cobertura jornalística deixa de lado o esforço de sensibilização de associações como a Associação de Defesa do Ambiente e Património da Região de Leiria (OIKOS) e do núcleo regional da Associação Nacional de Conservação da Natureza (*Quercus*), da Comissão de Defesa Ecológica, do Movimento Goupilheira Saudável, da Comissão Ambiente e Defesa da Ribeira dos Milagres (CADRM), e do Movimento Amor Saudável, no sentido de mostrarem a gravidade de vários focos poluidores ao longo de toda a bacia (Ferreira, 2012; Fernandes, Silva e Fernandes, 2015, PAeM, 2016g).

Salvemos o Lince da Serra de Malcata e a luta contra o deserto verde

Uma campanha conservacionista lançada em 1979, *Salvemos o Lince da Serra de Malcata*, envolveu a LPN, o Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico e a Direção-Geral de Ordenamento e Gestão Florestal visando impedir a expansão da indústria de celulose, através do aumento da área da floresta plantada para este fim, o que ameaçava essa espécie e "destruía uma riqueza nacional". Em causa esteve, pois, a expansão da sua área de cultivo do eucalipto na Beira interior promovida pela Portucel. A argumentação passou pela antecipação do futuro, seguida da proposta de compromisso - *Portugal Não Será o Deserto Verde da Europa* - e, por isso, é necessário impor limites claros a essa expansão. No entanto, não era ainda a plantação do eucalipto, mas de outra espécie exótica, o pinheiro do Oregon, que estava a ser plantado em massa na Serra da Malcata (Schmidt, 2008, Garcia, 2012).

A LPN tentou deter o plantio recorrendo aos recursos institucionais que dispunha, sem êxito. Realizou-se, então, uma campanha para obter apoio popular com a ajuda do Serviço Nacional de Parques e o projeto de plantio do pinheiro de Oregon foi então travado. A serra da Malcata foi classificada como reserva florestal e, depois, em 1981, reserva natural (Garcia, 2012; Tavares, 2013).

Esta vitória dos conservacionistas não impediu o avanço na eucaliptação do país nas décadas seguintes. Em 1979, a mancha do eucalipto já ocupava 200 mil hectares e não parará de crescer em ritmo muito acelerado, constituindo uma fonte para novos conflitos ambientais (Garcia, 2012; Serra, Barca e Meira, 2015). Uma década depois verificam-se conflitos em diversas localidades de Portugal, onde participam ativistas conservacionistas e as populações locais contra a eucaliptação das florestas promovida pela indústria da celulose.⁷ Recorrem frequentemente a formas de resistência passiva, como o acorrentamento às máquinas, e à ação direta, levando as empresas a recuar ou limitar a sua ação. Fazem-no em Manhuncelos, concelho de Marco de Canaveses em 1988 e, em janeiro do ano seguinte, na serra da Aboboreira, onde a empresa de celulose Portucel-Sopocel planeava ocupar terrenos baldios para plantar eucaliptos, grupos ecologistas e a população local uniram-se e agiram. Neste caso, colocaram ainda centenas de cabeças de gado em frente

das máquinas da empresa. Em março de 1989, em Valpaços, Vila Real, poucos meses depois, cerca de três mil eucaliptos recém-plantados foram arrancados. A Guarda Nacional Republicana (GNR) retaliou avançando a cavalo sobre os manifestantes (Serra, Barca e Meira, 2015). Noutros casos houve o recurso à via legal. Em Montemor-o-Novo, Alentejo, a Portucel teve os seus planos de plantar eucaliptos naquele município impedidos por uma ação judicial que foi ganha pelos seus opositores. Nos finais desse ano, em Mértola, numa iniciativa que juntou a Quercus e Associação de Defesa do Património de Mértola, os manifestantes acorrentaram-se também às máquinas quando a empresa papeleira se preparava para plantar mais de 1.000 hectares de eucaliptos, levando-a a desistir (Serra, Barca e Meira, 2015). Apesar das ações de protesto, a expansão da área destinada ao eucalipto prosseguiu sustentadamente, embora se tenha verificado um abrandamento no ritmo de expansão acelerado da sua área a partir de meados da década de 1990. Nessa altura Portugal dispunha de 36 por cento da sua área coberta por florestas (3,2 milhões de hectares), estando 2,2 milhões controlados direta ou indiretamente por empresas de pasta de papel (PaeM, 2016h).

A institucionalização dos conflitos ambientais (1986-1989)

A entrada de Portugal na CEE em 1986 acompanha um processo de institucionalização das questões ambientais iniciada pela produção de legislação fundamental como a Lei de Bases do Ambiente e a Lei das Associações de Defesa do Ambiente (1987). Verifica-se então uma integração sistemática e permanente das questões ambientais no tecido de governação, largamente induzidas pelas regras impostas por Bruxelas, ao mesmo tempo que se abriu espaço à participação popular dos cidadãos e das organizações não governamentais nas decisões e ações ambientais (Queirós, 2002).

Os anos 1980 registaram a criação de associações ambientais de natureza conservacionista como o Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA) (1982), a Quercus (1985), Associação para a Defesa do Património, Ambiente e Direitos Humanos (OLHO VIVO) (1988) ou a Associação Amigos da Vida Selvagem (1989). Enquanto isso, a LPN ganha nova vitalidade. A fundação, em 1982, do Partido Ecologista Os Verdes (PEV), patrocinada pelo PCP, assinala o crescente isolamento dos grupos

ecológicos alternativos que a legislação deste período reforça. Neste contexto, as associações ambientalistas legalizadas, algumas de âmbito nacional, muitas delas localizadas em Lisboa e Porto, conseguem ampliar a sua atividade com base em tomadas de posição que pretendem ser objetivas e racionais, integrando entre os seus membros académicos de diversas especialidades, técnicos e advogados. A par da sua ação pedagógica e informativa junto das populações e das tentativas de criar uma agenda ambiental pública, optam pela via judicial ou por ações de resistência passiva inspiradas em outras organizações internacionais. Assim, em 1986 chegam aos tribunais as primeiras ações por causas ambientais. Uma delas, interposta pela Quercus, referia-se ao abate de árvores onde nidificavam cegonhas, em Alcácer do Sal, e resultou em sucesso. Em contrapartida, uma queixa de agricultores do Carregado contra as emissões poluentes da Central Térmica da Energias de Portugal (EDP), por lhes estragarem as culturas, acabou por fracassar. Como vimos anteriormente, em Montemor-o-Novo, a Portucel teve os seus planos de plantar eucaliptos naquele município impedidos por uma ação judicial dos Amigos da Terra, Núcleo de Ação Cultural de Valongo, Grupo Ecológico da Associação Académica de Coimbra, PEV e Quercus (Baptista, 2012; Serra, Barca e Meira, 2015). Algumas associações conseguem mobilizar populações para ações de resistência como a Quercus e o Geota, entre outros, contra a eucaliptação das florestas ou ainda participam em conflitos transfronteiriços, contra a intenção do governo espanhol de construir uma lixeira nuclear junto do rio Douro (Schmidt, 2008). Surgem ainda conflitos locais de elevada intensidade e de média duração como a guerra dos caulinos em Barqueiros. Ganham também visibilidade pública conflitos que decorrem da gestão de resíduos industriais altamente perigosos como os lixos nucleares (1987) e os das escórias da empresa Metalimex, em Setúbal (1988).

A "guerra dos caulinos" em Barqueiros, Barcelos (1986-2007)

A segunda metade da década de 1980 ficou marcada pelo conflito que resultou diretamente da expansão da extração de caulino em Barqueiros, numa área densamente povoada da freguesia. Na origem do conflito encontrava-se o protesto contra a atuação da empresa Mina de Barqueiros S.A. (MIBAL) que obtivera a concessão no início dessa década para realizar a mineração de caulinos nas Quintas de Prestar. A sua atividade gerava algumas queixas dos

moradores, tais como a falta de água nos poços e a ausência de recuperação das crateras abertas pela mineração. Em 1986, a Mibal pretendeu uma nova concessão localizada no centro da freguesia de Barqueiros, atrás da igreja. No dia em que a empresa preparava os equipamentos para iniciar a exploração em Prestar, a população foi para a rua protestar e obrigou-a a paralisar os trabalhos. Dois anos depois, a empresa tentou novamente dar início à extração de caulinos naquele local. A população repetiu o protesto público mas, desta vez, a atuação repressiva das forças policiais da GNR provocou a morte de um jovem. Perante este incidente, o presidente da Câmara negociou um acordo com a empresa, sob ameaça de um processo de indemnização, visto que esta detinha a concessão do governo. Após este processo negocial, a empresa concordou em suspender os seus planos (Fernandes, Silva, e Fernandes, 2015).

A guerra dos caulinos desenvolveu-se como um conflito local que deu origem à intervenção apenas do Movimento Cívico de Barqueiros e das autarquias locais. Não eram estas, porém, que estavam por detrás das ações de mobilização não violenta mas "um grupo de populares, que tinham reuniões abertas a todos, no fundo do Terreiro, [onde se juntavam] para definirem as formas de luta".

Nos anos 1990, passaram a participar neste conflito a Quercus e o Geota e, ainda, os partidos políticos. Na década seguinte, assiste-se ao desenrolar de um processo negocial da junta de freguesia com a empresa. O conflito com a Mibal ficaria sanado apenas em 2007, encontrando-se uma solução de compromisso que passou pela promessa de minimizar os impactes ambientais, pela doação à junta de freguesia de terras antes afetadas à exploração recuperadas e por compensações monetárias (Marques, 2007; PAeM, 2016, i).

O conflito transfronteiriço contra a construção de uma lixeira nuclear na província de Salamanca (1987)

O governo espanhol precisava urgentemente encontrar um local para a deposição dos resíduos das suas seis centrais nucleares em funcionamento na época. A localização pretendida situava-se perto de Aldeadávila, uma vila localizada na bacia hidrográfica do Douro Internacional, a 4 km da fronteira portuguesa. Essa bacia era responsável por fazer chegar a água a quase metade dos 10 milhões de portugueses. Em 1987, quando o governo espanhol anunciou a sua intenção, três mil manifestantes fizeram uma vigília em Zamora declarando

Não Queremos Ser a Lixeira Nuclear da Europa. No dia seguinte, cerca de 30 mil espanhóis e portugueses protestaram em Salamanca sob o mesmo slogan. O projeto acabou por ser travado, auxiliado pelas reservas levantadas pelos especialistas. No entanto seria retomado onze anos depois. A questão foi tratada no parlamento em Portugal que se preocupou com os riscos iminentes. A Igreja portuguesa participou também no movimento e, em 2002, paga uma promessa, feita cinco anos antes, com a colocação de uma estátua de Nossa Senhora do Douro no miradouro natural de Penedo Durão, um dos pontos mais visitados, para que zelasse dia e noite pelo rio partilhado por portugueses e espanhóis. Na época em que os protestos começaram, a população de Freixo de Espada à Cinta, a vila portuguesa mais próxima de Aldeadávila, por sugestão do Bispo da Diocese de Bragança, recorreu também à ajuda divina para que a proteção de Nossa Senhora do Douro mantivesse afastada a ameaça nuclear espanhola sobre o Douro Internacional. Perante as resistências internas, em especial das regiões afetadas, o governo espanhol acabou por adiar o projeto (Fernandes, Barca e Meira, 2015).

Esta campanha contra a instalação da lixeira nuclear serviria para consolidar a posição de relevo do movimento associativo ambiental de Portugal e para lançar as bases do apoio da sociedade civil (Rodrigues, 1995).

Repatriação de resíduos e escórias tóxicas para a Suíça (1988-1998)

Em 1988, entram no Vale da Rosa, a 7 km de Setúbal, 44 mil toneladas de resíduos e escórias provenientes da Suíça, produzidas pela empresa Metallwerke Refonda, pertencente à multinacional do alumínio Alussuisse. As escórias tinham sido importadas pela empresa portuguesa Metalimex, com subsídios do governo português, através da Agência para a Competividade e Inovação (IAPMEI). O lugar escolhido para reservatório das escórias foi fortemente contestado pela Junta de Freguesia do Sado e por associações ambientalistas, porque se encontrava a 2 km do estuário do rio Sado. Os lençóis freáticos encontram-se muito próximos da superfície e perto dos furos de abastecimento de água à cidade de Setúbal. A Greenpeace associa-se aos ambientalistas para exigir a repatriação dos resíduos e escórias tóxicas. A repatriação ocorreu somente dez anos mais tarde, em 1998. Durante esse período vários movimentos, instituições e empresas intervieram neste

conflito.⁸ Desenvolveram-se ações de protesto arrojadas entre 1989 e 1993, altura em que a Greenpeace e a Quercus conseguiram devolver 10 toneladas de escórias à Suíça. Porém, foi preciso esperar mais dois anos para que, em 1995, os governos português e suíço assinassem em Lisboa um acordo de repatriação (PAeM, 2016d). O resultado alcançado, sendo um êxito, saldou-se por uma elevada conta que foi paga pelos contribuintes portugueses, perante a displicência e pouca eficácia do governo no tratamento do assunto.

A Europa no horizonte da institucionalização ambiental e o aumento dos conflitos "a partir de baixo" com grande impacto (década de 1990)

Durante a década de 1990 multiplicam-se por todo o mundo os movimentos de protesto ambiental que atingem os países industrializados da Ásia, a Índia e a China enquanto as organizações ambientalistas mundializadas, como a Greenpeace, desencadeiam ações espetaculares (Marques, 2008). Portugal vive neste período sob duas tendências contraditórias: por um lado, crescem as exigências ambientais impostas com da adesão à UE, transpondo-se para a ordem interna as diretivas europeias; por outro lado, o governo promove a desregulamentação de atividades económicas em nome de princípios liberais, promovendo a retirada do papel do Estado como agente regulador. A nova legislação mineira (1990), por exemplo, vem agilizar o processo de licenciamento suprimindo a obrigação de consultas e pareceres a outras instituições governamentais do ambiente e, ainda, às autarquias, regiões autónomas e às populações diretamente interessadas. Também nesse ano é criado o Ministério do Ambiente (MA) e o orçamento dedicado ao ambiente triplica, com o apoio de fundos comunitários. Porém, o seu montante é ainda assim um terço da média europeia. A maioria destas verbas é utilizada diretamente para fazer face a obras municipais urgentes de saneamento, abastecimento de água, criação de redes de saneamento básico, recolha de resíduos e, enfim, para a recuperação da orla costeira e para a reabilitação das regiões protegidas.

Entretanto o número de organizações ambientais cresce. Em 1996 estavam identificadas 108, sendo uma delas uma confederação nacional (Figueiredo e Fidélis, 2003).⁹ Ainda no quadro da institucionalização, surge nesta década

legislação que obriga determinados projetos à realização de Estudos de Impacte Ambiental (EIA) e à consulta pública. O primeiro Livro Branco do Estado do Ambiente é divulgado em 1991 e, em 1993, é fundado o Instituto de Conservação da Natureza (ICN), substituindo o Serviço Nacional de Parques.

A entrada de fundos comunitários e de novos investimentos acompanhou o aumento no número dos conflitos ambientais mediatizados, especialmente associados à disponibilidade de elevados fundos europeus para a construção de infraestruturas "ambientais" (saneamento básico, principalmente para tratamento de resíduos). Entre eles destacamos catorze conflitos que atravessaram esta década: quatro na área da Energia (sendo dois ligados à construção de Barragens Hidroelétricas e dois sobre Linhas de Alta Tensão); três associados a Megaprojetos (a ponte Vasco da Gama, a barragem de Alqueva e a autoestrada A2: Lisboa-Algarve); seis do setor do Tratamento de Resíduos, dos quais quatro em Aterros; um em Resíduos e Escórias (a incineradora de Estarreja) e outro, na Coincinação, em três cimenteiras. Finalmente registou-se ainda um na Agricultura (suinicultura).

O movimento contra a coincinação em Portugal: Souselas (Coimbra), Macieira (Leiria) e Outão, na Arrábida (Setúbal)

A contradição entre a institucionalização do ambiente e as práticas ambientais pode ser ilustrada com os conflitos emergentes em torno da coincinação de resíduos industriais perigosos em cimenteiras. Em 1990, no ano em que a Secretaria de Estado do Ambiente é promovida a Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais (MARN), o governo do primeiro-ministro Cavaco Silva decide instalar uma central de incineração de resíduos industriais perigosos em Sines. A mobilização cívica foi intensa, obrigando o governo a recuar na sua decisão sem, no entanto, conseguir que o poder político desistisse dessa opção. Abria-se assim "uma das maiores polémicas em matéria de resíduos que o nosso país já viveu" (Schmidt, 1999; Jerónimo, 2010; Tavares, 2013, p. 33). Criou-se então uma Coordenadora Nacional Contra os Tóxicos formada por organizações ambientalistas dos locais onde seria previsível a instalação de aterros e incineradoras.¹⁰ Entretanto, em Estarreja, a população consegue opor-se com êxito à tentativa de aí instalar uma incineradora, uma decisão que viria a ser tomada pelo governo em 1997. A partir de protestos locais

iniciados três anos antes, formou-se o Movimento Esta-He-Regia Associação Cegonha, que soube transcender um problema local, que afligia uma população martirizada por décadas de indústria química, ganhando apoios noutras localidades (Rodrigues, 2000).

Em 1995, o governo socialista de António Guterres volta a colocar a hipótese da coíncineração, o que desencadeia novamente fortes reações da sociedade civil. Os principais movimentos ambientalistas de Portugal mobilizam-se e apostam todos na sua revogação. Figuras intelectuais de relevo envolveram-se à margem das pugnas partidárias contra essa opção.¹¹ As ações de protesto local de cidadãos em Souselas (Coimbra), Macieira (Leiria) e Outão (no Parque Natural da Arrábida, em Setúbal) conheceram então uma vasta cobertura pela comunicação social, colocando em risco equilíbrios ou acordos políticos locais anteriores em torno da questão. O debate assumiu neste contexto uma componente técnico-científica relevante já que um dos principais argumentos invocados era o risco para a saúde pública. Criou-se uma "comissão científica independente" num quadro de aparente abertura ao diálogo pelo poder político, e forçou-se a divulgação de estudos de impacte ambiental que rompiam com a costumeira discrição e opacidade das decisões político-administrativas em matéria industrial. Em Setúbal, o problema sobrepunha-se a outro anterior, perdido pelos ambientalistas e moradores da região, que via na cimenteira uma presença indesejável no Parque Natural da Arrábida face a outras alternativas de desenvolvimento sugeridas pela exploração da biodiversidade ambiental da serra e do estuário do Sado. No entanto seria Souselas, localizada apenas a 5 km de Coimbra, que acabaria por sair vitoriosa nessa luta que foi descrita como um movimento social a partir de baixo e que se desenvolveu à margem dos poderes partidários constituídos para alcançar uma dimensão nacional. O governo, no entanto, procurou desvirtuá-la através dos media, apresentando-a como um fenómeno NIMBY e logo ilegítimo (Arriscado Nunes e Matias, 2003, p. 135). Em janeiro de 1999, chegou ao Parlamento uma petição com mais de 50.000 assinaturas, onde requeriam a revogação da decisão governamental, em particular no que referia à localização de Souselas para a coíncineração. Mas o conflito fica aparentemente resolvido quando governo suprime as comissões de estudo e impõe a sua opção, que foi implementada nas três cimenteiras (Silva, Fernandes e Meira, 2015, PAeM, 2016l). Ele teria a virtude de demonstrar a

natureza autoritária nos processos de tomada de decisão por parte dos governos democráticos em matéria ambiental. Apesar disto, considerou-se que a mobilização cívica e das organizações ambientais alcançou resultados positivos (Jerónimo, 2010).

Conflitos em torno da construção de aterros sanitários (1994-1996)

Os conflitos em torno dos aterros, que decorrem ainda no contexto das decisões relativas às formas de tratamento dos resíduos sólidos urbanos, ficariam marcados por ações de protesto pacífico em cinco localidades do país. Em 1994, a Quercus denunciou a existência de 325 lixeiras a céu aberto em Portugal. Dois anos depois, o governo de Guterres cria o Sistema Integrado de Gestão de Resíduos Industriais (SIGRI) e o Instituto de Resíduos (IR) (1996). Com isso nasce também o primeiro Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU) que, em 1996, estabelece um programa de construção de aterros regionais dedicados e projeta uma incineradora no complexo químico de Estarreja (inicialmente previsto para Sines).

Os principais protestos, ocorridos entre 1994 e 2002, foram motivados pela escolha da localização dos aterros e geraram forte discordância das populações vizinhas. Eram movimentos que tinham por base identidades vinculadas às vivências do local, não conseguiam ver nas infraestruturas projetadas um aumento da sua qualidade ambiental (Schmidt, 2008). São ilustrativos os casos de Sermonde (1994), Taveiro (1996), Arcena (1998), Bigorne e Cadaval (1999).¹² Apesar das contestações, todos os aterros sanitários foram construídos nos locais inicialmente projetados, o último em 2002. Abaixo-assinados, idas às reuniões da Câmara, manifestações, petições ao Presidente da República e ao Primeiro-Ministro, protestos nos tribunais portugueses e na Comissão Europeia (CE), em Bruxelas, bloqueio da estrada de acesso à lixeira, confrontos com a GNR foram algumas das ações realizadas pelas populações vizinhas ao protesto e pelos movimentos ambientais (Fernandes, Costa e Meira, 2015).

Ações em nome da defesa do património cultural e ambiental (1994-2006)

A segunda metade da década de 1990 ficaria marcada também por conflitos em nome da defesa do património cultural e ambiental. Foi este o caso do conflito

que durante mais de uma década e meia opôs organizações conservacionistas aos traçados das linhas de alta tensão no Algarve, a de Tunes a Estói, Faro. O projeto licenciado em 1994 atravessava os concelhos de Silves, Albufeira, Loulé e S. Brás de Alportel numa extensão de 30,2 quilómetros. Porém, contou com a oposição de associações conservacionistas locais, como a Associação Almargem, a Associação de Moradores da população de Vale Fuzeiros, e do Movimento Cívico Nacional contra as Linhas de Muita Alta Tensão, que, em nome da defesa de espécies protegidas, da integridade paisagística e do seu valor turístico conseguiu obter o redesenho do projeto (Ribeiro, Fernandes e Barca, 2015).

O conflito de maior impacto nacional foi, porém, o de Foz Coa. Em 1994, a descoberta de gravuras rupestres ao longo do rio Coa fez surgir um movimento de contestação à construção duma hidroelétrica e à patrimonialização daquele espaço, levando-as à classificação de património mundial pela Unesco em 1998. Em 1996, iniciou-se um amplo processo de denúncia, informando do achado à comunidade científica nacional e internacional - vestígios de arte paleolítica - surgidos precisamente a escassas centenas de metros do paredão da barragem. Levou-se o caso às instâncias internacionais que alertaram a opinião pública do que se estava a passar. Em breve, o assunto passou a ser coberto pela grande informação, graças ao reconhecimento da importância do achado: estava-se perante o maior conjunto de arte rupestre ao ar livre do mundo! (Fernandes, Ribeiro e Meira, 2015, PAeM, 2016m).

A decisão de construção da barragem foi suspensa, vencendo-se a oposição da poderosa EDP.¹³ O saldo foi muito positivo para o movimento ambiental, também pelo grande impacto que a mobilização popular teve na opinião pública nacional.

Ora, com o abandono do projeto de Foz Coa em 1995, a EDP ponderou a construção duma barragem alternativa no Baixo Sabor. A Plataforma Sabor Livre constituiu-se como resposta para defender o último rio selvagem da Europa ameaçado lançando a debate público as visões dos empreendedores contra os conservacionistas na gestão do território.

Na linha dos conflitos anteriores decorrem contestações a megaprojetos em curso nestes anos da euforia europeísta. Entre estes destacaram-se a construção

da Segunda Travessia sobre o Tejo - a ponte Vasco da Gama (1991), a construção da albufeira de Alqueva (1995) e a construção da autoestrada A2-Lisboa-Algarve que atravessava a Zona de Proteção Ambiental (ZPE) de Castro Verde. Nestes casos as associações ambientais e as elites científicas contestam os projetos e recorreram à Comissão Europeia (CE) e aos tribunais europeus. Dessas queixas resultaram compensações especiais (Tavares, 2013).

O novo milénio: mediatização, negócio ambiental e diversificação (2000-2015)

O projeto Portugal: Ambiente em Movimento (PAeM) identificou 19 casos relevantes na primeira década do novo milénio, em vários setores da atividade económica, com especial incidência para a energia e extração de recursos minerais. Isto representou um aumento de 50 por cento relativamente à década anterior, apesar de este ser um período de claro abrandamento no crescimento económico. Nos cinco anos seguintes, marcados por crise económica aguda, esta equipa registou mais 15 conflitos com destaque para a indústria mineral, a energia e a agricultura. A tendência parece ter sido, pois, para um aumento deste tipo de conflitualidade, ao mesmo tempo que se desassocia do ritmo de crescimento económico.

Podemos pensar que isto se pode dever a um conjunto combinado de fatores. Muitos destes conflitos locais ocorreram numa fase inicial ou mesmo anterior à execução dos projetos quando se verifica uma crescente pressão extrativista e dos megaprojetos, que se reforça ainda num quadro de refluxo marcado pelas políticas de austeridade e de franco progresso do liberalismo à escala mundial. Outros conflitos prolongam ainda o quadro de conflitos que encontramos no período anterior ou resultam de passivos ambientais. Por outro lado, a legislação comunitária estabelece agora padrões de exigência mais elevados aos governos em matéria ambiental, que é frequentemente invocada como forma de defesa ou legitimidade em ações locais apoiadas por organizações ambientais. Finalmente, reforçam-se os mecanismos de obrigatoriedade de consentimento que constituem, por vezes, fonte de perturbação e de risco para os investidores. Os problemas tendem a ser ultrapassados com medidas compensatórias e com outras soluções de compromisso locais.

Persistem neste período lutas locais que marcaram o período anterior, como ocorre nos Açores, em 2004, na contestação da construção de duas incineradoras para tratamento de resíduos urbanos.

No continente continua também a luta contra a construção de novas barragens, que é feita agora em nome da preservação do património natural e ambiental (como no Tâmega, em 2003, e no Vouga, em 2009), e a contestação ao novo Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroelétrico (2007). No rio Paiva, a organização ambiental nacional Quercus e as populações locais contestam as minihídricas (2008). Também em 2010, inicia-se a luta contra o projeto de construção de uma minihídrica de Foz do Caneio que é ganha três anos mais tarde por ser incompatível com projetos de aproveitamento turístico e de qualificação ambiental. No 1º de maio de 2014, 800 pessoas manifestam-se promovendo uma descida do rio Mondego em canoas.¹⁴ O Diário de Coimbra considerou-a a maior ação em defesa de um rio verificada em Portugal. (Mondego Vivo, 2011, vídeo).

A barragem inviabilizaria as descidas turísticas do Mondego e a gastronomia tradicional, ao impedir a subida do rio pela lampreia e diversos peixes que desovam a montante de Penacova, causaria a destruição da flora ripícola, alteração dos habitats e mudaria o ambiente sedimentar fluvial. Seria um património notável degradado, que assim foi salvo (Portugal Notável, 2014).

A mesma contestação inicia-se e repete-se depois no Tua, um combate ainda em curso (Fernandes, Bento, e Meira, 2015; Salvar o Tua, 2015).¹⁵

No que respeita ao nuclear, temos ainda em 2011 e 2013 manifestações conjuntas de espanhóis e de portugueses em Espanha contra a decisão do governo espanhol em prorrogar por mais uma década o encerramento da central da central nuclear de Almaraz, localizada junto ao rio Tejo, estendeu-se também às ações desenvolvidas contra os projetos da linha de alta tensão de Galiza ao Porto (2011) e de nova mina de urânio a céu aberto, na região de Salamanca (2012).

Os conflitos ambientais ganham neste período uma cobertura mediática crescente, enquanto as motivações e as suas fontes se diversificam. O ambiente

começa a ser visto como um ativo do país, mesmo quando surge no ecrã na forma de deserto verde, na cobertura dos incêndios florestais. A defesa da biodiversidade, de espécies animais e da paisagem que passa a ser vista como um ativo das populações locais e do país e deu lugar a um conjunto de iniciativas contra parques eólicos instalados ou em projeto: Alvaiázere, 2003; Serra do Montejunto, 2005; Serra de Aires e Candeeiros, 2006; Tavira, 2007 e contra os traçados de linhas de alta tensão, como ocorre em Sintra (2005), em Fontefria (Galiza, Espanha)-Porto (2011) e no Alto Douro (Tua-Armamar, 2011). São constituídas neste contexto a Coordenadora dos Afetados pelas Grandes Barragens e Transvases (COAGRET) (2007) e o Movimento Nacional Contra a Alta Tensão em Zonas Habitadas (2008). Os imperativos de redução de emissões de CO₂ conflituam, também nestes casos, com valores geológicos, morfológicos, patrimoniais, paisagísticos e ecológicos característicos das regiões (PAeM, 2016).

Também ganham relevo os conflitos devido aos passivos ambientais de programas industriais desenvolvidos principalmente a partir dos anos '50 do século XX que afetam a saúde das populações locais e de antigos trabalhadores (minas da Urgeiriça, 2001; CUF/Quimigal, Barreiro e Siderúrgica Nacional (SN), com protestos no Seixal e na Maia em 2000).

Durante décadas, as minas uraníferas de Portugal (cerca de 60) acumularam resíduos radioativos perigosos, hoje estimados em 7,8 milhões de metros cúbicos aproximadamente, dos quais três milhões representam maior perigo de contaminação. As minas da Urgeiriça, em Canas de Senhorim (Viseu), têm as maiores fontes de radioatividade devido aos resíduos acumulados. Entre 2001 e 2008, uma série de protestos locais reivindicou soluções para este passivo (Pereira e Oliveira, 2007; Fernandes, Ribeiro e Silva, 2015).

A gestão ambiental em nome da sustentabilidade emerge como negócio muito interessante para empresas criadas para lidar com passivos ambientais. Na indústria extrativa, a Empresa de Desenvolvimento Mineiro (EDM) fica com a responsabilidade, pela parte do Estado, da recuperação de área mineiras degradadas, de antigas minas e pedreiras abandonadas e da prestação de serviços especializados na área ambiental mineira. Foram identificadas 175 minas com problemas de vários tipos num estudo de base em 2001 que vão

sendo objeto de obras concessionadas. Neste contexto, a comunicação social aparece a dar voz a novos problemas emergentes com a gestão de resíduos. Serve de exemplo, a este respeito, o conflito em São Pedro da Cova, antiga mina de carvão no concelho de Gondomar, a poucos quilómetros do Porto, que envolveu durante duas décadas as populações e a junta de freguesia local, acabando por ser objeto de interesse mediático. Enquanto a povoação mineira se transformou numa povoação satélite da área urbana, a mina começou a ser utilizada pela administração mineira para nela serem despejados os resíduos da siderurgia da Maia, cujo passivo foi assumido pelo Estado depois da privatização em 2001. A antiga jazida de carvão é então considerada o maior aterro clandestino de resíduos tóxicos e perigosos, recebendo mais de 200 mil toneladas de resíduos que foram depositados a céu aberto, para depois terem de ser removidos devido à confirmação da sua perigosidade pelo Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG), em 2011. Calcula-se agora que as entidades públicas tenham gasto cerca de 30 milhões de euros num processo manchado pela suspeita de crime e corrupção que envolve múltiplos atores, entre os quais, políticos destacados dos partidos do arco da governação e empresários próximos do governo. Considerado como "o maior crime ambiental do país", a mediatização deste tipo de conflitos mostra agora que eles são capazes de afetar a imagem pública e, no limite, a legitimidade política dos governos.¹⁶ A população, por seu turno, só muito tardiamente, em 2001, soube do tipo de resíduos que estavam a depositar às suas portas (pela televisão) e que começava a contaminar as águas subterrâneas com chumbo e crómio.

Reaparece, enfim, a ação direta no contexto da luta contra o cultivo de plantas transgênicas. Trata-se, porém, de um gesto simbólico desencadeado por cerca de cem ativistas que, a 17 de agosto de 2007, destruíram cerca de um hectare de milho transgênico cultivado numa herdade em Silves. O protesto promovido pelo movimento Verde Eufémia foi objeto de ampla divulgação crítica nos media mas não suscitou debate público. Esta luta atravessa todo o período, sendo responsáveis por diversos tipo de iniciativas a Plataforma Transgênicos Fora (Transgênicos Fora, 2015). Em 2004, esta organização e a Greenpeace Internacional apresentam uma denúncia conjunta na CE devido à entrada irrestrita em Portugal de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) ilegais. Nesse mesmo ano, os autarcas do Algarve autodeclararam a

região Zona Livre de Transgênicos-ZLT, sinalizando a sua solidariedade. No ano seguinte, o cultivo dos transgênicos passa a ser regulado por decreto-lei mas o seu conteúdo suscita pesadas críticas (Ribeiro, Silva e Fernandes, 2015).

Também nos Açores se verificam confrontos contra a plantação de milho transgênico. O movimento envolveu as associações Amigos dos Açores e Gê-Questa e conduziu a uma petição dirigida à Assembleia Regional assinada por um milhar de pessoas em junho de 2011. No início de dezembro desse ano, a Assembleia Regional dos Açores decidiu declarar o arquipélago como zona livre do cultivo de OGM's. O protesto acentuou-se pela ingerência direta do embaixador dos EUA a favor dos transgênicos. Recentemente, uma iniciativa legislativa do PEV na AR para proibir o cultivo, a comercialização e a libertação deliberada em ambiente de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) foi reprovada pelo Partido Social Democrata (PSD), Partido Popular (CDS/PP) e PS.¹⁷

Em 2003, o Estado português ratifica a Convenção de Aarhus que dá maiores direitos aos cidadãos no acesso à informação, à participação na tomada de decisões e à justiça em matéria de ambiente. No entanto, a prática mantém-se ainda muito afastada desses princípios em muitos casos. *O Movimento Urânio em Nisa, Não!* (2008) conseguiu travar o arranque da exploração mineira porque contou com o testemunho e o empenhamento das vítimas de outras minas e da identidade local emprestada pelo uso anterior do território. Apesar da legislação europeia em vigor, e dos gastos públicos em megaprojetos, os utentes de edifícios públicos (escolas e hospitais) tiveram ainda de lutar pela erradicação do amianto em Portugal (2009).

Em 2009, verificaram-se intensos protestos contra o incumprimento de Diretiva Europeia que determinou o banimento total do amianto em todos os países membros até ao ano de 2005. É então estabelecida a intensão de retirar todo o material onde o amianto se faz presente em alguns milhares de edifícios públicos. Num ambiente de enorme opacidade, em agosto de 2014, o governo divulgou uma listagem de 2.015 edifícios onde o amianto está presente. Porém, a retirada decorre a ritmo muito lento. Sucederam-se protestos e paralisações nas escolas, apoiadas pelos sindicatos de professores, associações ambientais e com grande divulgação na comunicação social. Para a mobilização contribuiu

também o conhecimento direto de muitos professores que trabalharam muitos anos nesses edifícios e contraíram precocemente cancro (Silva, Fernandes e Barca, 2015).

Disputas sobre os usos do território (conflitos intermodais) deram lugar a conflitos em Tavira, a propósito do projeto de uma pedreira, em nome dos interesses da indústria turística. Na povoação de Póvoas, no concelho de Rio Maior, a população reclama contra a instalação de uma suinicultura instalada na rua principal, sem sucesso durante anos. Em 2010, cria-se o Movimento Ar Puro com o objetivo de "promover a participação ativa dos cidadãos riomaiorenses nas questões de ambiente, saúde pública, qualidade de vida e ordenamento do território". Em 2012 são os despejos da suinicultura na rede hídrica que os preocupam, mas juntam-se a outras organizações, como a Quercus, em ações públicas de sensibilização por Um Tejo Vivo.

Vários projetos extrativos foram travados numa fase precoce ou adiados graças à mobilização das populações locais que tomam consciência do seu impacto futuro sobre o território e sobre as suas vidas. Entre estes se encontra o projeto da mina na freguesia de Boa Fé (Évora) de uma companhia canadiana, a Colt Resources, que pretendeu explorar ouro em Évora (2011)¹⁸. Noutro caso, a Direção Geral de Geologia e Minas (DGGM) lançou à consulta pública, entre o período do Natal e o Ano Novo de 2013, o licenciamento da exploração de caulino nas áreas dos concelhos de Cantanhede, Mira e Figueira da Foz. A oposição das juntas de freguesia e das câmaras de Mira e de Cantanhede, não vinculativas, tinham por base o receio da escassez de água para as populações e agricultura. O movimento Sem Caulinos Eu Vivo, Sem Água Não! lançou uma petição pública pela internet dirigida à AR que colheu mais de 6 centenas de assinaturas. Em 2012, as autarquias e as populações de Fátima, Ourém e outras povoações da região Centro tentam impedir também exploração de pedreiras e a instalação de uma fábrica de cal.

Dois anos antes, em Rio Maior, uma empresa de construção tentou construir, pela segunda vez, uma cimenteira para aproveitar uma pedreira local numa zona protegida às portas da localidade. Apesar do processo de consulta pública ter sido lançado discretamente em agosto, as pessoas mobilizaram-se lançando uma petição na internet Em Defesa do Desenvolvimento e do Ambiente de Rio

Maior, promoveram o debate público, contando com os pareceres negativos das organizações Quercus, Oikos e Geota. Receiam que a obra lhes trouxesse problemas de saúde e desqualificasse a localidade, traduzindo-se em possível perda de investimentos e de emprego noutros setores.¹⁹

Nesse ano, o anúncio da atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos de feldspato na serra de Monchique, com fortes probabilidades de dar lugar a explorações a céu aberto, levou à criação duma comissão de moradores na freguesia de Alferce para se opor a esses projetos, a associação local A Nossa Terra. A resposta mostra preocupação por considerar todos os aspetos do problema neste jogo de interesses.²⁰

Refira-se ainda o movimento criado recentemente contra a possibilidade de exploração de petróleo e gás natural na costa algarvia, na sequência dos contratos de prospeção e pesquisa, assinados no início da década.²¹ A Plataforma Algarve Livre de Petróleo (PALP) tenta agora informar, suscitar o debate público e mobilizar as pessoas para a sua causa através de ações públicas não convencionais.

Reflexões finais

Neste capítulo procurámos passar em revista os principais contributos que têm sido dados para o nosso conhecimento sobre os conflitos ambientais em Portugal durante o período democrático (1974 a 2015) e proceder, sem qualquer preocupação de exaustividade, a uma identificação sumária dos principais casos conhecidos, colhendo alguns dados empíricos que nos permitissem caracterizá-los e tentar perceber como evoluíram neste período.

O maior problema com que nos confrontámos na simples determinação dos factos e das suas conexões prendeu-se com a natureza das fontes que nos foi possível utilizar - a imprensa, a blogosfera - e daquelas que nos estão parcial ou totalmente vedadas hoje: os arquivos do Estado e das empresas. Daqui decorrem alguns riscos: em primeiro lugar, o de enfatizar o localismo e o basismo dos conflitos, que subestima o papel das redes militantes em presença e o papel de outros agentes bem como dos comportamentos, ações e valores mobilizadores; em segundo lugar, tomando um lado das estórias como sendo

toda a história, corre-se o risco de exacerbar os resultados estratégicos desses movimentos locais, sejam eles bem ou mal sucedidos, ignorando outras poderosas variáveis "ocultas" de natureza económica ou de outro tipo; depois, a compilação de narrativas fatuais não torna mais simples a captura do seu sentido mais profundo, visto que não existe um inquérito comum transversal às várias leituras jornalísticas dos acontecimentos ao longo do tempo; finalmente, poderemos estar a ignorar outros conflitos persistentes em setores que não surgem aqui, como os que ocorreram no setor das pescas, em torno da gestão de cotas e licenças. Apesar de estarmos conscientes destas limitações, cremos ser possível avançarmos nesta altura com algumas conclusões.

Em primeiro lugar, mostrou-se que a dicotomia urbano-rural na análise dos conflitos ambientais em Portugal durante este período é questionável visto que ignora a ação dos grupos ecologistas urbanos no meio rural, que foram e têm sido frequentemente responsáveis pela mobilização das populações locais. Fazem-no prestando informação estratégica, suscitando debates e sessões de esclarecimento em processos democráticos de base e, num primeiro momento, à margem dos partidos. Tratou-se de uma mobilização com uma eficácia surpreendente, como se mostra no caso da luta antinuclear em Portugal.

Essa dicotomia é questionável também porque ignora o papel das autoridades técnicas e científicas que, com o seu apoio, emprestam forte legitimidade a esses movimentos (Nunes e Matias, 2003). Finalmente, essa oposição não traduz o binómio que opõe o ruralismo e tradicionalismo do interior à modernidade das regiões urbanizadas do litoral. De facto, ignora-se que essa conflitualidade resulta da industrialização recente dos espaços rurais, quer apareça na forma de expansão do deserto verde, da criação industrial de carne, de uso de sementes geneticamente modificadas, de barragens hidroelétricas, das modernas eólicas, da expansão mineira ou dos seus passivos ambientais, da criação de aterros ou da instalação de indústrias agressivas para o meio ambiente. Importa, por isso, salientar as componentes da modernidade ideológica e estratégica do movimento que surge em Portugal ainda nos anos '70 e que, nos dias de hoje, se contextualiza também como um movimento global pela justiça ambiental: a sua atuação local, nacional e transnacional; a rápida atualização externa e internacionalização (Rootes, 1999).

Em segundo lugar, a estratégia dos grupos ambientais e dos movimentos de base tem sido de alguma eficácia no que respeita à capacidade para travar tomadas de decisão que envolvem elevados riscos ou trazem custos associados aos projetos que não estavam previstos ou estavam ocultos. Talvez o caso nuclear seja a área onde essa capacidade para alterar decisões governamentais tenha sido mais evidente. Mas em outras áreas de atividade se encontram recuos, adiamentos e travagens em investimentos ambientalmente agressivos. Entretanto, os movimentos têm tido aparentemente pouco impacto nas políticas adotadas e na legislação ambiental. Neste contexto, não surpreende que a legislação europeia constitua igualmente um apoio adicional para as causas ambientais locais a partir de finais da década de 1980.

Enfim, tudo parece indicar que os ecologistas tiveram mais capacidade em mobilizar as populações para causas fisicamente próximas e para ameaças iminentes, do que para difundir novos hábitos, comportamentos e valores que os norteavam na busca de soluções avançadas para grandes problemas civilizacionais e que passavam pela revolução individual e social, na alimentação, vestuário, no culto da vida e do amor.

A eficácia dos movimentos de protesto face à expansão do extrativismo, atividades que pressionam em muito os recursos naturais, tem conduzido a uma evolução no processo de governação, com a tomada de decisão na gestão de recursos ambientais, passando pela construção de consensos a partir da base. Essas mudanças começam pelo reconhecimento do papel de interlocutores das organizações nacionais ambientalistas que souberam criar redes no território e profissionalizar-se, acabando por ser financiadas também por programas europeus ou pelo governo através de linhas de apoio para a área do ambiente (embora suspensos desde 2008) e até por empresas.²² É depois explanada na legislação que permite a participação de autarquias e da população nos processos de licenciamento e de outras entidades com interesses potencialmente concorrenciais, num quadro de crescente exigência imposta de fora na gestão ambiental e de valorização de bens sem valor mercantil definido (paisagem, património cultural, diversidade biofísica, etc.). Porém, esta racionalização, que significa também uma melhoria de qualidade da governação, patente na obrigação da realização de estudos de impacte ambiental, consulta pública e

imposição de custos ambientais futuros em nome da sustentabilidade, envolve riscos e custos acrescidos para os investidores.

Em contraposição, as políticas liberais atuam no sentido de apoiar os grupos de interesse na exploração dos recursos minerais, promovendo a desregulamentação, ao mesmo tempo que reforçam a centralização das decisões no Estado, alijando o público da tomada de decisão.

Em relação ao passado, estes conflitos não diferem apenas devido ao papel dos grupos urbanos, das organizações e das elites técnico-científicas nas diferentes suas fases, mas também em relação ao momento em que predominantemente ocorrem. Verifica-se, neste período, que a mobilização se dá mesmo antes do início dos projetos, na sua fase de expansão ou então a posteriori, devido aos seus efeitos percebidos para a saúde. Ao contrário do passado, tudo indica que os conflitos ocorrem menos durante a fase de laboração. Isto poderá dever-se ao papel dos novos atores sociais. De forma típica, os militantes ambientais desenvolvem um papel de facilitadores do acesso à informação. A mobilização ocorre, no primeiro momento, com base na discussão, debate e tomada de decisão. As ações de confronto com as autoridades envolvem a ação direta, a resistência passiva, a manifestação pacífica, a par de outros meios legais (petições, recursos administrativos e aos tribunais). Com a institucionalização, ganha maior importância a visibilidade dada pela imprensa, a influência da opinião pública, a intervenção dos partidos que fazem entrar o tema do ambiente no "jogo político", a par dum recurso crescente à petição e à via judicial. Neste contexto, o papel das autoridades científicas e técnicas tem sido fundamental para convencer a opinião pública, atuando como mediadores fundamentais do conflito porque, tal como tem sido sublinhado, o discurso de mobilização tem estado assente em argumentos e narrativas científicas populares, tanto mais relevantes quando ocorrem nas fases prévias à implementação dos projetos industriais, acabando por se centrar nos impactos ambientais imediatos (Rodrigues 1995 e 2000; Nunes e Matias 2003; Delicado 2013).

No entanto, a evolução de cada conflito tipificado é melhor compreendido na "média duraçãõ". Servem de exemplo, as lutas contra a florestaçãõ dos baldios desde os finais do século XIX, que nos anos '40 deram lugar a levantamentos populares que geraram revoltas violentas, voltando a reaparecer recentemente

na forma de denúncia parlamentar (Estevão, 1983; Baptista, 1994).²³ Também outros conflitos surgem depois da Revolução de abril porque deixam de poder ser contidos pela autoridade do Estado, como sucede no rio Alviela, ou noutros locais (Silva, 2013). Desse ponto de vista, não é claro que se verifique uma tendência para o desaparecimento das formas de reação violenta em contextos rurais ou urbanos por parte das autoridades, face a formas emergentes de ação direta não violenta (resistência pacífica), embora as consequências repressivas de tais formas de mobilização tenham diminuído quando comparados com o passado ditatorial.

Notas

1 Uma inventariação da bibliografia ambiental na área das ciências sociais em Portugal foi realizada em 1992-1993 e foi analisada por Mansinho e Schmidt (1994), tendo sido recenseados 46 títulos referentes a "problemas ambientais" num total de 403 títulos.

2 A metodologia utilizada na colheita de informações encontra-se descrita em Maria Kousis (1998). Após a recolha de recortes de imprensa, criaram-se listas com um breve sumário de cada caso em ordem alfabética e cronológica com indicações da data e o local do evento, grupo de protesto, a reivindicação ambiental, o grupo desafiado e as ações desenvolvidas. Essa informação foi depois classificada e a agrupada em casos. As classificações utilizadas nos casos observados cruzam diferentes teorizações e perspetivas, considerando-se os LULUs (casos de exposição a lixos tóxicos e a outros usos indesejáveis dos solos) os NYMBI/NIOBY (não no meu quintal, não no teu quintal), ecopopulismo, movimentos de injustiça ambiental, movimentos de cidadania e de trabalhadores e grupos ambientalistas de base. A teorização desenvolvida por Maria Kousis considera um esquema simples com três componentes, donde derivam subcategorias: 1) fonte de agressão ou de perturbação ambiental; 2) ofensas ambientais produzidas [ocorridas ou acontecidas] e 3) variedade de impactos potenciais (princípio da precaução) ou que resultam dessas ofensas.

3 De acordo com a relatora Maria Kousis (1996), uma das conclusões do projeto foi que:

State, Local Government, Political Parties and European Union agencies approached for help by the mobilisers seemed to provide little assistance on very important sustainable proposals. (...) Regardless of whether the mobilisers had been contending abandoning or modifying development perceived as environmentally damaging, they have basically been alone and not heard by those with power to remedy the problems. The great difficulty appeared to be the top-down nature of economic

and political decision making power (Kousis, 1996).

Esta afirmação contradiz a ideia, segundo a qual "the Portuguese government at all levels gave a high number of positive responses" [to the claims] (Paiva, 1998, p. 3).

4 Segundo Elisabete Figueiredo e Teresa Fidélis (2003):

A maior parte das análises efetuadas no domínio dos movimentos ambientalistas tem-se centrado nos grupos organizados e formais, negligenciando aqueles que se constituem de forma espontânea e informal, i.e., aqueles que podemos designar como movimentos de base popular; que surgem na sequência de conflitos sociais associados a problemas ambientais. Estes movimentos de base popular não apenas se distinguem das organizações formais de defesa do ambiente por surgirem de modo espontâneo e desorganizado, como também por evidenciarem formas de ativismo e/ou envolvimento ambiental que escapam aos modos tradicionais e institucionalizados de protesto, sendo geralmente bastante mais radicais (tanto nas suas exigências, como nas suas formas de atuação) do que os movimentos formalmente organizados. Os movimentos de raiz popular distinguem-se ainda de outros pela sua composição interna, pelo nível de compromisso que os seus participantes assumem relativamente ao grupo e/ou comunidade, pela sua duração e pelo delinear das suas estratégias de atuação. (Figueiredo e Fidelis, 2003, p. 152).

5 Este atlas é um produto do projeto Environmental Justice Organisations, Liabilities and Trade (EJOLT), que decorre entre 2011 e 2015. É financiado pela Comissão Europeia no âmbito do 7º Programa Quadro e dirigido por Joan Martinez-Alier da Universidade Autònoma de Barcelona.

6 Viriato Soromenho-Marques, que na altura estava ligado ao jornal Setúbal Verde, lista as Organizações Não Governamentais presentes no I Encontro Nacional de Ecologistas (Foz do Arelho, novembro de 1984 e Troia, março de 1985): 1-ADEIPA (Associação para a Defesa e Estudo do Património Cultural e Natural dos Concelhos de Faro, Olhão e São Brás de Alportel); 2-A Batalha. Centro de Estudos Libertários; 3-A Ideia (anarquista); 4-A LOOC Associação Livre de Objetores e Objetores de Consciência; 5-Amigos da Terra; 6-Antítese-Centro de Cultura Libertária (grupo anarquista); 7-Amigos de Milfontes; 8-Associação Cultural Amigos da Serra da Estrela; 9- CEDI Cooperativa de Informação e Animação Cultural; 10-Centro Ecológico; 11-Clube de Montanhismo de Setúbal; 12-FLFP. Frente de Libertação e Federação dos Povos; 13-GEICE-Grupo de Estudos e Investigação das Ciências Experimentais; 14-GEOTA-Grupo de Investigação e Ordenamento do Território e Ambiente; 15-GIDC-Grupo de Investigação e Divulgação Científica; 16-GINEC-Grupo de Intervenção Ecológica das Caldas da Rainha; 17-EREP-Grupo de Estudos Regionais Ecologia e Património; 18- Núcleo Ecologista da Escola Preparatória da Trafaria; 19-Projecto Setúbal Verde; 20-Personalidades in-

dependentes dissidentes do Partido "Os Verdes" e ex-PRP (Partido Revolucionário do Proletariado).

7 As organizações participantes criaram a Plataforma pela Floresta. Entre elas encontramos a Associação Cristã de Estudo e Defesa do Ambiente - A Rocha Portugal; a Associação Lusitana de Fitossociologia (ALFA); Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve - Almargem; a Associação Portuguesa de Guardas e Vigilantes da Natureza (APGVN); a Federação Nacional dos Baldios (BALADI); o Secretariado dos Baldios do Distrito de Viseu (BALFLORA); o Fundo para a Proteção dos Animais Selvagens (FAPAS); o Grupo de Ação e Intervenção Ambiental (GAIA); o Grupo de Estudos do Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA); a Associação de Defesa do Ambiente - Grupo Flamingo; a Liga para a Proteção da Natureza (LPN); a Cooperação e Desenvolvimento (OIKOS); a Associação de Defesa do Ambiente e do Património da Região de Leiria; a Associação Nacional para a Conservação da Natureza (Quercus); e a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA).

8 Movimentos ambientalistas: a Greenpeace e o Quercus. Empresas ou instituições envolvidas: Agência para a Competitividade e Inovação (IAPMEI); Junta de Freguesia do Sado; Direção Federal do Ambiente, das Florestas e da Paisagem Suíça; PEV; PS; PSD; Direção Geral do Ambiente (DGA); Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNETI); Sociedade Portuguesa de Explosivos S.A. (SPEL); Comunidade Europeia (CE); empresa Metalimex; empresa Mettalwerke Refonda da Suíça; SGELL da Alemanha.

9 Entre estas refira-se a Cooperação e Desenvolvimento (OIKOS) (1990), a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA) (1993), o Grupo de Ação e Intervenção Ambiental (GAIA) (1996) e a Plataforma Transgénicos Fora (1997). A Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (CPADA) data de 1991.

10 A Coordenadora Nacional Contra os Tóxicos é, então, composta pelos seguintes grupos: Cidadãos e Cidadãs Contra a Incineradora - Setúbal; CAT's de Portugal - Cercal do Alentejo; Água Triangular - Aveiro; Comissão de Luta de Vagos; Comissão de Luta e Defesa de Midões - Gondomar; Grupo Lontra - Santo André - Sines; Cegonha - Associação de Defesa do Ambiente de Estarreja; Movimento Esta He Regia - Estarreja; Rede Metropolitana Contra o Lixo - Porto; Associação Terra Viva; Comissão Ad Hoc de S. João da Talha - Loures (Rodrigues, 2000).

11 João Arriscado Nunes e Marisa Matias (2003) defendem que:

"Tanto as controvérsias científicas como as iniciativas dos cidadãos encontraram dificuldades de acolhimento por parte do Governo. De facto, os únicos cientistas cuja voz foi considerada no processo de decisão foram os que estavam do lado do governo. Apesar do título com que foi criada, a Comissão Científica Independente excluía os representantes de áreas do saber relevantes para a avaliação dos impac-

tos da coincineração como os biólogos, especialistas em ecologia e especialistas com experiência anterior de trabalho sobre a coincineração."

E concluem: "Isto teve como consequência prática que fossem excluídos do processo de avaliação técnico-científica aqueles que, estando já familiarizados com a coincineração, se opunham à adoção desse método. A reduzida experiência do Estado português em lidar com problemas controversos envolvendo aspetos científicos e tecnológicos, a manifesta falta de capacidade de lidar com a dimensão política e social dos processos de avaliação e gestão de riscos ambientais e de saúde e a tradicional forma autoritária de relacionamento do Estado com os cidadãos podem ajudar a compreender a desconfiança e hostilidade repetidamente manifestadas em relação a qualquer forma de participação e mobilização dos cidadãos e à admissão do carácter agonístico do processo e da inseparabilidade das dimensões política e científico-técnica. A transformação de facto das consultas públicas [institucionalização] em meras formalidades sem consequências [prática] não é, por isso, surpreendente." (Arriscado Nunes e Matias, 2003, pp. 138-139).

12 No caso de Arcena tratou-se de ampliar o aterro sanitário existente, aproveitando a exploração duma pedreira anterior pela Cimpor.

13 A EDP propunha soluções de compromisso entre a barragem e as gravuras (como a remoção dos conjuntos de arte mais importantes para nova localização). A posição assumida em primeira instância pelos arqueólogos e gradualmente generalizada defendia a preservação dos achados in situ, associando a defesa integral das gravuras na sua relação com a paisagem enquanto elementos fundamentais da valorização patrimonial. Daí a reivindicação do abandono da construção da barragem.

14 Foi criada a Plataforma Mondego Vivo. As ações foram desenvolvidas por ecologistas com o apoio das populações ribeirinhas dos municípios de Góis, Lousã e principalmente Penacova, Vila Nova de Poiares e Coimbra (Mondego Vivo, 2011 e 2015).

15 Sobre este movimento, as suas motivações e as entidades envolvidas veja-se a informação disponibilizada no seu sítio web (Salvar o Tua, 2015).

16 A TVI (Programa Reporter TVI) apresenta uma reportagem extensa intitulada São Pedro da Cova. Crime ambiental. Fraude. Corrupção. Tráfico de influências. Branqueamento, no jornal das 8h em 14-07-2015 (TVI, 2015). Desde 1996 que estes resíduos estavam classificados como perigosos. Haveria na altura um processo-crime que decorre no tribunal de Gondomar pendente havia cinco anos e coberto por um manto de silêncio e outros processos judiciais que se arrastavam havia sete anos na comarca do Porto. A situação tinha sido denunciada pela TVI em 2010 e, no ano seguinte, pelo Porto Canal. Os resíduos tinham sido depositados em terrenos privados, alegadamente sem autorização de todos os proprietários.

17 O projeto de diploma foi apresentado em março de 2015 pela deputada Heloísa Apolónia. Ver também: "Açores declara-se zona livre de OGM!" (Zona Livre de OGM, 2011), "Açores livre de organismos geneticamente modificados: Governo regional proíbe cultura, sementeira, plantio ou criação de organismos geneticamente modificados" (TVI24, 2011); "Embaixador dos EUA pressiona autoridades portuguesas contra proibição do cultivo de OGM's na Região" (Fórum ilha das Flores, 2012); "Açores: Assembleia Regional regula transgênicos" (Zona Livre de OGM, 2012).

18 Sobre este conflito veja-se o texto de José R. Santos neste livro.

19 Um olhar da população afetada em Tavira, onde mora um grande contingente de cidadãos estrangeiros, com predominância inglesa, encontra-se em Portugal News On Line (2011).

20 Ver "Cimenteira de Rio Maior: O governo chumbou hoje a Cimenteira em Rio Maior" (Cidadania RM - Rio Maior, 2010); "Quercus contra instalação de cimenteira às portas de Rio Maior" (Diário Digital, 2010).

21 Veja-se "Movimento dinamiza várias ações anti-exploração de petróleo no Algarve" (Sul Informação, 2015).

22 Informação da Agência Portuguesa do Ambiente (APA, 2015).

23 Ver "CNA critica proposta do Governo para alterar lei dos terrenos baldios" (TSF, 2014); "Comunicado BALADI - governo, também na questão dos incêndios, pretende sacudir a água do capote" (Federação Nacional dos Baldios, 2014); "Jerónimo de Sousa: Nova tentativa de roubar os baldios aos povos" (PCP, 2014); "Bloco acusa governo de promover a privatização encapotada dos baldios" (BE, 2014).

Referências bibliográficas

- APA (2015), Informação da Agência Portuguesa do Ambiente (APA, 2015), Disponível em: <http://www.apambiente.pt>, [consultado em 28.12.2015].
- ARRISCADO NUNES, J.; Matias, M. (2003), "Controvérsia científica e conflitos ambientais em Portugal: O caso da coincineração de resíduos industriais perigosos", *RCCS-Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 65, maio 2003.
- BAPTISTA, F. O. (1994), "A agricultura e a questão da terra - do Estado Novo a Comunidade Europeia", *Análise Social*, v. XXIX n. 128, pp. 907-921
- BAPTISTA, G. B. (2010), *Environmental Conflicts with Social Metabolism. Florestry Expansion and Socioeconomic Change*. Dissertação de mestrado, Lisboa, FCT-Faculdade de Ciências e Tecnologia, UL-Universidade de Lisboa.
- BLOCO DE ESQUERDA (2014), "Bloco acusa governo de promover a privati-

- zação encapotada dos baldios", Esquerda.NET, 3.04, Disponível em: <http://www.esquerda.net>, [consultado em 28.12.2015].
- CARVALHO, J. (s.d.), A guerra dos caulinos: a minha lembrança - testemunho pessoal, Disponível em: <https://barqueiros.wordpress.com/a-guerra-dos-caulinos-a-minha-opiniao>, [consultado em 28.12.2015].
- CAUTELA, A. (1996), Contributo à Revolução Ecológica, Lisboa, Edição do autor.
- CAUTELA, A. (1977a), O Suicídio Nuclear Português, Lisboa, Socicultur.
- CAUTELA, A. (1977b), Ecologia e Luta de Classes em Portugal: Reportagens, Lisboa, Socicultur.
- CIDADANIA RM - Rio Maior (2010), "Cimenteira de Rio Maior: o governo chumbou hoje a cimenteira em Rio Maior", 1.12. Disponível em: <http://rio-maior-cidadania.blogspot.pt/>. [consultado em 28.12.2015].
- CORREIO DA MANHÃ (2007), "Alviela poluído por ETAR", 13.01.
- DELICADO, A. (2013), "Scientists, environmentalists and the nuclear debate: individual activism and collective action". In A. Delicado (ed.), *Associations and Other Groups in Science: An Historical and Contemporary Perspective*. Cambridge Scholars Publishing, pp.189-205.

- DIÁRIO DIGITAL (2010), "Quercus contra instalação de cimenteira às portas de Rio Maior". 26.08., Disponível em: <http://diariodigital.sapo.pt>, [consultado em 28.12.2015].
- DUARTE, M. (2011), Movimentos na Justiça - o Direito e o Movimento Ambientalista em Portugal, Almedina/CES-Centro de Estudos Sociais.
- EDM (2015), "A inventariação e caracterização das áreas mineiras abandonadas", EDM-Empresa de Desenvolvimento Mineiro, Disponível em: <http://www.edm.pt/html/ambito.htm>, [consultado em 28.12.2015].
- EJOLT (2015), "EJOLT-Environmental Justice Atlas. Environmental Conflicts in Portugal", Disponível em: <http://ejatlas.org/country/portugal>, [consultado em 28-12-2015].
- ELOY, A. (2014), Um Grão de Areia em 40 anos de Cidadania, Setúbal, Esfera do Caos.
- ESTÊVÃO, J. A. (1983), "A florestação dos baldios". *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79), 4.º 5.º, pp. 1157-1260.
- FEDERAÇÃO NACIONAL DOS BALDIOS (2014), "Comunicado BALADI - governo, também na questão dos incêndios, pretende sacudir a água do capote", Disponível em: <http://www.baladi.pt/sitio/index.php/8-noticia-1>, [consultado em 28-12-2015].
- FELGUEIRAS, J. J. S. (2002), *Evolução do Risco de Incêndio Industrial*. Dissertação de mestrado em Gestão de Riscos Naturais, Porto, Faculdade de Letras da UP-Universidade do Porto.
- FERNANDES, F.; COSTA, I.; MEIRA, T. (2015), "Multiple landfill sites, Portugal", EJ Atlas, Projeto Environmental Justice Organisations Liabilities and Trade, Disponível em: <http://ejatlas.org/conflict/landfills-portugal>, [consultado em 28-12-2015].
- FERNANDES, F.; BARCA, S.; MEIRA, T. (2015), "Nuclear waste storage near the Spanish frontier", EJ Atlas, Projeto Environmental Justice Organisations Liabilities and Trade, Disponível em: <https://ejatlas.org/conflict/nuclear-waste-storage-near-the-spanish-frontier-of-portugal>, [consultado em 28-12-2015].
- FERNANDES, F.; RIBEIRO, I.; SILVA, L. (2015), "Abandoned uranium mines", Portugal. EJ Atlas, Projeto Environmental Justice Organisations Liabilities and Trade, Disponível em: <http://ejatlas.org/conflict/uranium-mining-canas-de-senhorim-portugal>, [consultado em 30.12.2015].
- FERNANDES, F.; SILVA, L.; BENTO, S. (2015a), "Alviela river pollution by tanning industry and other activities", EJ Atlas, Projeto Environmental Jus-

- tice Organisations Liabilities and Trade, Disponível em: <https://ejatlas.org/conflict/poluicao-por-curtumes-rio-alviela-pernes-portugal>, [consultado em 30.12.2015].
- FERNANDES, F.; SILVA, L.; BENTO, S. (2015b), "Pollution from hog farming in Leiria, Portugal", EJ Atlas, Projeto Environmental Justice Organisations Liabilities and Trade, Disponível em: <https://ejatlas.org/conflict/pig-industry-in-lis-river-portugal>, [consultado em 30.12.2015].
- FERNANDES, F.; SILVA, L.; FERNANDES, L. (2015), "Kaolin mining by Mibal company, Braga, Portugal". EJ Atlas, Projeto Environmental Justice Organisations Liabilities and Trade, Disponível em: <http://ejatlas.org/conflict/kaolin-mining-by-mibal-company-braga-portugal>, [consultado em 30.12.2015].
- FERNANDES, Francisco; RIBEIRO, Inês; MEIRA, Teresa (2015), "Foz Coa dam at Guarda, Portugal". EJ Atlas, Projeto Environmental Justice Organisations Liabilities and Trade, Disponível em: <http://ejatlas.org/conflict/foz-coa-dam-guarda-portugal>, [consultado em 30.12.2015].
- Fernandes, R. (2004), "Ambiente e desenvolvimento. Da morte à ressurreição do Alviela", Atas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia: Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Ação. Atelier: Ambiente, Braga, pp. 96-105.
- FERREIRA, J. G. (2012), "Façam o milagre! Poluição, media e protesto ambiental na bacia do Lis". VII Congresso Português de Sociologia, 19-22 jun. Porto.
- FIGUEIREDO, E.; FIDÉLIS, T. (2013), "No meu quintal, não! Contributos para uma análise dos movimentos ambientais de raiz popular em Portugal (1974-1994)". RCCS-Revista Crítica de Ciências Sociais, v. 65, p. 151-173, 2003.
- FORUM ILHA DAS FLORES (2012), "Embaixador dos EUA pressiona autoridades portuguesas contra proibição do cultivo de OGM's na Região", 12.01, Disponível em: <http://ailhadasflores.blogspot.pt/2012/01/eua-pressionam-cores-para-nao.html>, [consultado em 30.12.2015].
- GARCIA, R. (2012), "Uma barragem no Algarve salvou a campanha da Malcata", O Público, Lisboa, 16 dez.
- JERÓNIMO, H. M. (2010), Queimar a incerteza. Poder e ambiente no conflito da coíncineração de resíduos industriais perigosos, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- KOUSIS, M. (1998), "Protest-case analysis: a methodological approach for the study of grassroots environmental mobilizations". Working Paper, The

Center for Research on Social Organization, Departamento de Sociologia, Universidade de Michigan, maio.

KOUSIS, M. (1999), "Environmental protest cases: the city, the countryside, and the grassroots in Southern Europe". *Mobilization: An International Quarterly*, set. , v. 4, n. 2, pp. 223-238.

KOUSIS, M. (2001), "Competing claims in local environmental conflicts in Southern Europe". In K. Eder e M. Kousis (orgs.), *Environmental Politics in Southern Europe - Actors, Institutions and Discourses in a Europeanizing Society*. Dordrecht, Kluwer Academic Publishers, pp. 129-150.

KOUSIS, M. (2004), "Marine and coastal issues in local environmental conflict: Greece, Spain and Portugal". In: J. Boissevan; T. Selwyn. *Contesting the Foreshore: Tourism, Society and Politics on the Coast*, Amesterdão, Amsterdam University Press, pp. 205-232.

KOUSIS, M. et al. (1996), Final report: grassroots environmental action and sustainable development in Southern European Union, Comissão Europeia - CE, DGXII, contrato n. EV5V-CT94-0393.

KOUSIS, M.; Eder, K. (2001), *Environmental Politics in Southern Europe Actors, Institutions and Discourses in a Europeanizing Society*, Holanda, Springer.

SILVA, Lays; FERNANDES, Lúcia; BARCA, Stefania (2015), "Asbestos removal from the built environment, Portugal." *EJ Atlas*, Projeto Environmental Justice Organisations Liabilities and Trade, Disponível em: <http://ejatlas.org/conflict/asbestos>, [consultado em 30.12.2015].

MANSINHO, M. I.; Schmidt, L. (1994). "A emergência do ambiente nas ciências sociais". *Análise Social*, v. XIX, n. 125-126, pp. 441-481.

MARQUES, A. T. (2007), "Doação de dinheiro e terrenos pode acabar com a "guerra dos caulinos" em Barqueiros", *Público*, 06/12.

MARQUES, J. C. C. (2008), "Reflexões sobre história do ambientalismo em Portugal: negação, assimilação, mistificação". *Ambio*, 23 jun. 2008, Disponível em: <http://ambio.blogspot.com.br/2008/06/reflexes-sobre-histria-do-ambientalismo.html>, [consultado em 30.11.2015].

MONDEGO VIVO (2015), Sítio web Plataforma Mondego Vivo, Disponível em: <http://plataformamondegovivo.blogspot.com.br>, [consultado em 30.12.2015].

MONDEGO VIVO (2011), Megadescida do Rio Mondego, 1 de maio, Documentário em video no Youtube: Disponível em: https://youtu.be/vxVmN-jl_oVc, [consultado em 30.11.2015].

- NAVE, J. G. (2000), *The Politics of Environmental Groups in Portugal: A Case Study on Institutional Contexts and Communication Processes of Environmental Collective Action*. European University Studies - EUI, PhD theses, Department of Political and Social Sciences, Florença, European University Institute.
- O SÉCULO (1974), "A guerra do átomo pacífico", 16.03.
- PAeM (2016m), "Foz Côa: as gravuras não sabem nadar", Disponível em: <http://www.ambientemovimento.org/#!foz-coa/mainPage>, [consultado em 01.02.2016].
- PAeM (2016l), "*Não Nos Lixem* - recusa da coíncineração em Portugal", Disponível em: <http://www.ambientemovimento.org/#!co-incinerao/cpt9>, [consultado em 01.02.2016].
- PAeM (2016j), "Portugueses amigos dos ventos? Um debate em aberto na construção de consensos dos prós e contras na instalação de parques eólicos", Disponível em: <http://www.ambientemovimento.org/#!tema-elica/c1rye>, [consultado em 01.02.2016].
- PAeM (2016i), "Caulinos", Disponível em: <http://www.ambientemovimento.org/#!caulim-em-barcelos/c1wt6>, [consultado em 01.02.2016].
- PAeM (2016h), "Portugal, o deserto verde da Europa?", Disponível em: <http://www.ambientemovimento.org/#!eucaliptacao/c2315>, [consultado em 01.02.2016].
- PAeM (2016g), "A catástrofe de Suinobyl", Disponível em: <http://www.ambientemovimento.org/#!tema-suinocultura/c857>, [consultado em 01.02.2016].
- PAeM (2016f), "Luta contra a poluição do rio Alviela", Disponível em: <http://www.ambientemovimento.org/#!rio-alviela/c13v8>, [consultado em 01.02.2016].
- PAeM (2016e), "Recusa de uma central nuclear em Ferrel", Disponível em: <http://www.ambientemovimento.org/#!ferrel/c1bna>, [consultado em 01.02.2016].
- PAeM (2016d), "Escórias no Meu Quintal, Não!". Disponível em: <http://www.ambientemovimento.org/#!vale-da-rosa-setbal/c1nba>, [consultado em 01.02.2016].
- PAeM (2016c), Sítio web do projeto Portugal: Ambiente em Movimento, Cooperação CES-Centro de Estudos Sociais da UC-Universidade de Coimbra, CETEM-Centro de Tecnologia Mineral, Brasil e Socius, ISEG-Instituto Superior de Economia e Gestão da UL-Universidade de Lisboa, Disponível em: <http://www.ambientemovimento.org>, [consultado em 01.02.2016].

- PAeM (2016b), "Ambiente em Movimento-Linhas do tempo: Mundo, Portugal e Portugal minerometalúrgico", Cooperação CES-Centro de Estudos Sociais da UC-Universidade de Coimbra, CETEM-Centro de Tecnologia Mineral, Brasil e Socius, ISEG-Instituto Superior de Economia e Gestão da UL-Universidade de Lisboa, Disponível em: <http://www.ambientemovimento.org/#!no-mundo/c1q2u>, [consultado em 01.02.2016].
- PAeM (2016a), "Ambiente em Movimento-Mapa dos conflitos ambientais em Portugal: apresentação do projeto", Cooperação CES-de Estudos Sociais da UC-Universidade de Coimbra, CETEM-Centro de Tecnologia Mineral/Brasil e Socius, ISEG-Instituto Superior de Economia e Gestão da UL-Universidade de Lisboa, Disponível em: http://media.wix.com/ugd/f8d648_e68f1b11e66a4a038881d12ae6d18964.pdf, [consultado 01.01 2016].
- PAIVA, Cristina (1998), "Grassroots environmental action and sustainable development in Portugal", Report of IDF, encontro realizado em 16 de maio. Trabalho apresentado no âmbito do Projeto Grassroots Environmental Action and Sustainable Development in Southern European Community, apoiado pelo DGXII (contrato n. EV5V-CT94-0393).
- PARTIDO ECOLOGISTA OS VERDES (2014), "30 anos de lutas ecologistas-1982-2012", Lisboa, Disponível em: http://www.osverdes.pt/media/campanhas/accoes/30_anos_Lutas_Ecologistas-bx.pdf, [consultado em 30.12.2015].
- PCP (2014), "Jerónimo de Sousa: nova tentativa de roubar os baldios aos povos", Partido Comunista Português-PCP, 21.03, Disponível em: <http://www.pcp.pt/nova-tentativa-de-roubar-baldios-aos-povos>, [consultado em 30.12.2015].
- PINTO, J. R. (2001), "A educação ambiental em Portugal: raízes, protagonistas e principais ações", Educação, Sociedade e Culturas, n. 21, p. 151-164.
- PORTUGAL NEWS ON LINE (2011), "Monchique residents prepare action against quarry", 26.02, Disponível em: <http://www.theportugalnews.com/news/monchique-residents-prepare-action-against-quarry/5106>, [consultado em 30.12.2015].
- PORTUGAL NOTÁVEL (2014), "Vitória contra a construção da minihídrica de Foz do Caneiro no rio Mondego", 14-09, Disponível em: <http://www.portugalnotavel.com/vitoria-contrucao-da-mini-hidrica-de-foz-caneiro-rio-mondego>, [consultado em 30.12.2015].
- PÚBLICO (2006), "José Carlos Marques: O fundador do Movimento Ecológico Português", 12.03.

- QUEIRÓS, M. (2002), "O ambiente nas políticas públicas em Portugal". Finis-terra, XXXVII, n. 73, pp. 33-59.
- RIBEIRO, I.; FERNANDES, L.; BARCA, S. (2015), "High voltage electricity transmission lines, Portugal". EJ Atlas, Projeto Environmental Justice Organisations Liabilities and Trade. Disponível em: <http://ejatlas.org/conflict/high-voltage-transmission-lines-portugal>, [consultado em 30.12.2015].
- RIBEIRO, I.; SILVA, L.; FERNANDES, L. (2015), "Anti-GMO struggle", Portugal. EJ Atlas, Projeto Environmental Justice Organisations Liabilities and Trade. Disponível em: <https://ejatlas.org/conflict/anti-gmo-mouvement-portugal>, [consultado em 30.12.2015].
- RODRIGUES, Eugénia (2000), "Ambientalismo em Portugal: atores e recursos no caso da incineradora de Estarreja". Atas do IV Congresso Português de Sociologia, Coimbra, 17-19 de abril.
- RODRIGUES, Jorge Nascimento; Azevedo, V. (2006), Nuclear: o Debate sobre o Novo Modelo Energético em Portugal, Vila Nova de Famalicão, Centro Atlântico.
- RODRIGUES, Maria Eduarda (1995), "Os novos movimentos sociais e o associativismo ambientalista em Portugal". Coimbra, Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais (CES), Oficina do CES n. 60.
- RODRIGUES, Maria Eugénia (2002), "Ciência, públicos e ambiente: o discurso "científico" dos movimentos de protesto ambiental", Sociedade e Cultura, n. 4, Cadernos do Noroeste, Série Sociologia, v. 18 (1-2), pp. 271-290.
- ROOTES, Christopher (ed.) (1999), Environmental Movements: Local, National and Global, Londres, Routledge.
- SALVAR O TUA (2015), Sítio web da Plataforma Salvar o Tua, Disponível em: <http://www.salvarotua.org/pt/salvarotua>, [consultado em 18.12.2015].
- SANTOS, B. S. (1990), "O estado e o direito na transição pós-moderna", RC-CS-Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 30, pp. 13-44, 1990.
- SCHMIDT, L. (2007), "Costas negras". In País (in)sustentável ambiente e qualidade de vida em Portugal, Lisboa, Novos Rumos, p. 165-177.
- SCHMIDT, L. (2008), "Ambiente e políticas ambientais: escalas e desajustes". In M. VILLAVERDE-CABRAL e outros (orgs.), Itinerários. A investigação nos 25 anos do ICS, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 285-314.
- SEMBLANO, D. (2012), Portugal Nuclear: Física, Tecnologia, Medicina e Ambiente (1910-2010). Estágio de integração na investigação, Coimbra, CES-Centro de Estudos Sociais, UC-Universidade de Coimbra.

- SERRA, R.; BARCA, S.; MEIRA, T. (2015), "Eucalyptus monoculture and common lands, Portugal". Environmental Justice Atlas, Portugal, Disponível em: <https://ejatlas.org/conflict/eucalyptus-monoculture-and-common-lands-portugal>, [consultado em 30.11.2015].
- SILVA, L.; FERNANDES, L.; BARCA, S. (2015), "Nuclear power station in Ferrel, Peniche, Portugal". Environmental Justice Atlas. Portugal, Disponível em: <https://ejatlas.org/conflict/nuclear-power-station-in-ferrel-peniche-portugal>, [consultado em 30.11.2015].
- SILVA, L.; FERNANDES, L.; MEIRA, T. (2015), "Co-incineration in Cimpor and Secil cement kilns, Portugal". Environmental Justice Atlas. Portugal, Disponível em: <https://ejatlas.org/conflict/co-incineration-in-cimpor-and-secil-cement-kilns-portugal>, [consultado em 30.11.2015].
- Silva, P. G. (2013), No Rasto da Draga - Exploração Mineira e Protesto Popular numa Aldeia da Beira Baixa (1912-1980). Castro Verde, 100 Luz.
- SOROMENHO-MARQUES, V. (1994), Regressar à Terra. Consciência Ecológica e Política do Ambiente, Lisboa, Fim de Século.
- SOROMENHO-MARQUES, V. (1998), O Futuro Frágil - Os Desafios da Crise Global do Ambiente, Mem Martins, Publicações Europa-América.
- SOROMENHO-MARQUES, V. (1999), "The portuguese environmental movement". In L. Vasconcelos e I. Baptista, Environmental Activism in Society: Proceedings of a Workshop on The Role of Environmental Activism in Society: Environmentalism in 2020, 25 e 26 jan., Lisboa, Luso-American Foundation, pp. 85-127
- SOROMENHO-MARQUES, V. (2005), "Raízes do ambientalismo em Portugal". In V. Soromenho-Marques, Metamorfoses: Entre o Colapso e o Desenvolvimento Sustentável. Mem Martins, Publicações Europa-América, pp. 127-144.
- SUL INFORMAÇÃO (2011), "Movimento dinamiza várias ações anti-exploração de petróleo no Algarve", 11.05, Disponível em: <http://www.sulinformacao.pt>, [consultado em 30.11.2015].
- TAVARES, B. R. (2013), O Ambiente e as Políticas Ambientais em Portugal: Contributos para uma Abordagem Histórica. Dissertação de mestrado, Lisboa, Universidade Aberta, Curso de Cidadania Ambiental e Participação.
- TEIXEIRA, L. H. (2015) Verdes Anos: História do Ecologismo em Portugal (1947-2011), Setúbal, Esfera do Caos.
- TILLY, C. (1978), From Mobilization to Revolution, Massachusetts, Addison-Wesley.

- TILLY, C.; Blockmans, W. P. (eds.) (1994). *Cities and the Rise of States in Europe, A. D. 1000 to 1800*. Boulder, São Francisco e Oxford: Westview Press.
- TRANSGÉNICOS FORA (2015), Sítio web da Plataforma Transgênicos Fora, Disponível em: <http://www.stopogm.net>, [consultado em 28.12.2015].
- TSF (2014), "CNA critica proposta do governo para alterar lei dos terrenos baldios", 2.04, Disponível em: <http://www.tsf.pt/portugal/interior/cna-critica-proposta-do-governo-para-alterar-lei-dos-terrenos-baldios-3791015.html>, [consultado em 30.11.2015].
- TVI (2015), "São Pedro da Cova. Crime ambiental. Fraude. Corrupção. Tráfico de influências. Branqueamento", Programa *Reporter TVI* - o jornal das 8h, 14-07.
- TVI (2011), "Açores livre de organismos geneticamente modificados: Governo regional proíbe cultura, sementeira, plantio ou criação de organismos geneticamente modificados", *Programa TVI24*, 9-12, Disponível em: <http://www.tvi24.iol.pt/ambiente/acores-ogm-cultivo-tvi24/1306722-4070.html>, [consultado em 28.12.2015].
- VIEIRA, L. M. T. (2011), *Não violência Ativa Movimentos Ambientais e a Mobilização Social em Portugal. A Não violência Ativa como Método de Participação Social Ambiental, Estudo de Caso – o caso do milho transgênico de Silves. Tese de mestrado em Cidadania Ambiental e Participação*, Lisboa, Universidade Aberta.
- ZONA LIVRE DE OGM (2011), "Açores declara-se zona livre de OGM!", Blog, 9.12., Disponível em: <http://zonalivredeogm.blogspot.pt/2011/12/acores-livre-de-organismos.html>, [consultado em 28.12.2015].

O renascimento atual da mineração na Europa meridional e oriental, as ameaças à sustentabilidade ambiental nas novas regiões de fronteira no norte da Escandinávia e o ressurgimento da exploração da lenhite na Europa Central colocaram novamente o problema das consequências ambientais da mineração na agenda política do continente. A preocupação do público para os desafios criados pela atual situação, especialmente no que respeita os riscos ambientais e geopolíticos resultantes de quadros regulamentares controversos, fazem com que o olhar dos especialistas tenha de ser necessariamente mais vasto no tempo e espaço. Aprofundar as raízes dos atuais problemas e identificar padrões no tempo e no espaço para melhor compreender as relações entre mineração e meio ambiente nas sociedades modernas é o principal objetivo do grupo de cientistas sociais que colaborou neste livro, oferecendo diferentes temas e perspetivas para reflexão e aprofundamento futuro.

O Grupo de Estudos sobre Conflitos Ambientais é constituído por uma equipa multidisciplinar de professores de universidades em seis países europeus (Espanha, Portugal, França, Inglaterra, Itália, Suécia) e quatro americanos (Brasil, Argentina, Chile, Canadá) interessados em abordar as consequências, no espaço e no tempo, o renascimento gradual da mineração na Europa, que, mais uma vez, tem a sustentabilidade ambiental na agenda política da Europa. Nesse sentido, o objetivo deste grupo é fornecer informações para promover uma melhor e mais ativa participação dos agentes envolvidos e ajudar os políticos a tomar melhores decisões com base em informações consistentes.

